

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LURI ABILINO DA SILVA CAPELA MANUEL

**INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA NA PASSAGEM
DO SÉCULO XX AO XXI: ENTRE A SUBORDINAÇÃO E A AUTONOMIA**

Porto Alegre

2012

LURI ABILINO DA SILVA CAPELA MANUEL

**INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA NA PASSAGEM
DO SÉCULO XX AO XXI: ENTRE A SUBORDINAÇÃO E A AUTONOMIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

Porto Alegre

2012

LURI ABILINO DA SILVA CAPEA MANUEL

**INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA NA PASSAGEM
DO SÉCULO XX AO XXI: ENTRE A SUBORDINAÇÃO E A AUTONOMIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini – Orientador

UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

UFRGS

Prof. Dr. Jose Miguel Quedi Martins

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo a Deus, pai misericordioso que sempre esta ao meu lado e por me privilegiar a exercer uma profissão magnífica.

Aos meus pais, Luis e Ilda, que me deram toda a estrutura para que me tornasse a pessoa que sou hoje, especialmente a minha mãe, pela confiança e pelo amor que me fortalece todos os dias, pelo incentivo, pela determinação e luta na minha formação.

Aos meus irmãos, Ana Sofia, Ismael e Denis, pelo incentivo aos estudos e por estarem sempre presentes, ainda que distante.

Não podia deixar de agradecer pelo companheirismo, carinho, amizade a Hélia Fernandes que acompanhou essa trajetória.

Ao meu primo Albertino Pontífice, pela amizade, pela confiança e pelo apoio.

Aos meus conterrâneos e amigos, Edleny Sousa, Jackson Ceita, Francisco Paquete, Diker Lima, Leini de Souza, Kendra Fernandes, pela campaninha e pelos momentos de diversão que todos passamos juntos.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Estudante Convênio de Graduação- PEC-G, pela oportunidade de estudo e pela qualidade do ensino, respectivamente.

Ao professor Paulo Visentini, pela orientação ao trabalho e pelo seu apoio.

Aos professores José Miguel Martins e Analúcia Pereira, que gentilmente aceitaram participar da banca examinadora.

E a todos quanto, de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

No presente trabalho se propõe analisar as possibilidades de reinserção internacional africana no início do século XXI, considerando as realidades e os desafios do desenvolvimento dos Estados africanos. Depois de séculos de atraso e de dependência econômica o continente africano está logrando certa autonomia para reorganizar-se com base numa correlação de forças regionais abrindo caminho para a verdadeira construção dos modernos Estados nacionais. O avanço gradual do processo de democratização dos Estados nacionais, a performance econômica satisfatória associado ao crescimento econômico generalizado no continente, bem como certa elevação de confiança política das elites, vêm contribuindo para o fortalecimento da capacidade decisória dos governantes no seio das opções disponíveis no sistema internacional que se desenha. A África do Sul após Apartheid tem representado um fator de grande importância para o estabelecimento de um renascimento africano, na medida em que o país passou a ser o grande protagonista da política africana, incrementando a integração regional com a sua adesão ao SADC e, continental sendo um dos principais formuladores da NEPAD, visando incentivar o desenvolvimento socioeconômico das nações africanas.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. SADC. NEPAD. Subordinação. Autonomia. Reinserção internacional.

ABSTRACT

In the present study aims to analyze the possibilities of international reintegration African early twenty-first century, considering the realities and development challenges of African states. After centuries of backwardness and economic dependence Africa is achieving some autonomy to reorganize itself based on a correlation of regional forces opened the doors to the true construction of modern national states. The gradual advance in the democratization process of national states, satisfactory economic performance associated with widespread economic growth on the continent, as well as certain rise of political trust elites have contributed to strengthening the capacity of governments operative within the options available in the system international draws itself. South Africa after Apartheid has played a major factor for the establishment of the African renaissance, as the country became the great protagonist of African politics, increasing regional integration with its accession to SADC and continental being one of the main formulators of NEPAD, aimed at fostering socioeconomic development of African nations.

Keywords: Sustainable development. SADC. NEPAD. Subordination. Autonomy. International reintegration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC- Área de Livre Comércio

APRM (sigla em inglês)- Mecanismo Africano de Revisão de Parceiros

BAD- Banco Africano de Desenvolvimento

CCPM- Comitê Consultivo Permanente do Magreb

CEAI- Conferência dos Estados Africanos Independentes

CEAI- Cúpula dos Estados Africanos Independentes

CEA- Comissão Econômica para África

CEE- Comunidade Econômica Europeia

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CNA- Congresso Nacional Africano

CENU- Comissão Econômica das Nações Unidas

COSATU (sigla em inglês)- Congresso de Sindicato Sul-africano

EUA- Estados Unidos da África

EU- União Europeia

MAP (sigla em inglês)- Programa do Ajusto Africano para o Milênio

NEPAD (sigla em inglês)- Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

NIA- Nova Iniciativa Africana

NOEI- Nova Ordem Econômica Internacional

OMC- Organização Mundial do Comércio

OUA- Organização da Unidade Africana

OMPI- Organização Internacional da Propriedade Intelectual

OTAN- Organização do Tratado do Atlântico Norte

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCAPDS- Protocolo para Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança

PIB- Produto Interno Bruto

RDP (sigla em inglês)- Programa de Reconstrução e Desenvolvimento

RISDP (sigla em inglês) - Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional

SADCC (sigla em inglês) - Conferência de Coordenação de Desenvolvimento do Sul da África

SADC (sigla em inglês) - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

TICs- Tecnologias da Informação e da Comunicação

UDAO- União Aduaneira da África do Oeste

UDEAO- União Aduaneira e Econômica dos Estados da África do Oeste

UDEAC- União Aduaneira e Econômica da África Central

UA- União Africana

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 8 |
| 2. FORMAÇÃO DO SISTEMA AFRICANO DE ESTADOS | 12 |
| 2.1 Os impactos da descolonização (Pan-africanismo e Neocolonialismo) | 12 |
| 2.2 As relações inter-africanas: os grupos Casablanca e Monróvia | 17 |
| 2.3 Pan-africanismo e o debate sobre o desenvolvimento econômico | 22 |
| 3. INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL: A SADC | 26 |
| 3.1 África do Sul e a SADC: abordagem histórica..... | 26 |
| 3.2 Principais objetivos e desafios da SADC | 31 |
| 3.3 Importância da SADC para o desenvolvimento socioeconômico dos Estados- membros | 34 |
| 4. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO NA ÁFRICA: A NEPAD | 39 |
| 4.1 Surgimento da NEPAD: abordagem histórica..... | 40 |
| 4.2 NEPAD, autonomia, democracia, e boa governança | 44 |
| 4.3 NEPAD: plano estratégico para o desenvolvimento africano | 46 |
| 5. CONCLUSÃO | 53 |
| REFERÊNCIAS | 58 |

1 INTRODUÇÃO

O motivo pelo qual se optou por este tema decorre da importância de se destacar o renascimento africano, segundo o qual o continente ensaia a sua reafirmação no cenário internacional mostrando que não está voltado ao passado em meio a vários problemas estruturais e conflitos. Esse fato tem tornado possível refutar o afropessimismo e, vem caracterizando o continente africano na sua plenitude.

O continente africano sempre foi conhecido pela sua dimensão geográfica, pelos seus recursos naturais e minerais e, sobretudo, por ser considerado o berço da humanidade. Mas, todavia, apesar disso, o continente tem enfrentado malformações estruturais e situações dramáticas de pobreza e miséria. A ocupação colonial arrebatou não só a soberania e a independência da África como também, os seus valores culturais, e, sobretudo as suas riquezas, asfixiando o seu desenvolvimento econômico, cujos reflexos são os constantes endividamentos de índole interno e externo (FERNANDES, 2011).

Os novos Estados africanos saíram do colonialismo carentes de quadros técnicos, de tecnologia industrial, de capitais e até de mercado consumidor, conduzindo a uma situação de subalternidade/subordinação no âmbito da economia internacional. Assim, produtores e exportadores de matérias primas e gênero agropecuário, as novas nações africanas se viram inseridas em um sistema de trocas caracterizado pela deterioração constante do valor dos seus produtos primários em relação aos bens industrializados produzido pelos países do centro e o monopólio dos capitais e da tecnologia por parte destes.

A grande fragmentação político-territorial, a dependência tecnológica a falta de capitais para explorar as suas próprias riquezas, as rivalidades étnicas internas (legado do colonialismo), a falta de complementaridade econômica de sua produção facilitou o controle de seus próprios recursos pelas grandes empresas ocidentais (FERREIRA, 2005).

Coerente com essa constatação as nações africanas procuraram adotar procedimentos capazes de otimizar as condições para a superação das lacunas deixadas pela dominação colonial que no âmbito interno se refletiu pela definição do Estado, enquanto ator fundamental do processo de desenvolvimento econômico e na implementação de política de fomento à atividade industrial e modernização da produção agro-pecuária. No âmbito externo tratou se de somar aos esforços de estruturação de um movimento de Países Não-Alinhados juntamente com outros Estados da América Latina, na reivindicação de uma Nova Ordem

Econômica Internacional, ou seja, a revisão das regras do comércio mundial, a facilitação do acesso dos países emergentes as tecnologias, ao mercado e aos capitais dos países do centro ou industrializados para exportação dos seus produtos e, o assessoramento técnico e o apoio institucional das Nações Unidas aos seus programas de desenvolvimento econômico.

Porém, entretanto, os interesses conflitantes das grandes potências ocidentais, particularmente, os EUA, não permitiram que a marcha das nações africanas rumo ao progresso e desenvolvimento se realizasse sem incidentes. Na ótica dos EUA o recuo das antigas metrópoles na África representava uma ameaça de satelitização dos jovens Estados africanos pela União soviética. Desse modo, implementaram desde os anos 1950 uma estratégia voltada para a substituição da influência europeia por sua própria influência no continente adotando procedimentos para a contenção da influência soviética na região (FERREIRA, 2005; VISENTINI, 2010).

Para tanto, os EUA recorreram a Diplomacia do Dólar, influenciando os países africanos através de programas de ajuda econômica e militar, de concessão de privilégios para operação das empresas estadunidense nesses países, alinhando-os militar e diplomaticamente com Washington. Em outros casos, assessorou, treinou, financiou e armou grupos de oposição, golpes de Estado e movimentos separatistas contra governos de orientação anticolonialista, algumas vezes em parceria com as antigas metrópoles colonizadoras. Além disso, desenvolveu uma política permanente de apoio aos regimes racista da antiga Rodésia até 1980 e da República sul-africana até 1994, que atuaram como fatores de desestabilização econômica e militar dos Estados africanos independentes da África Meridional (FERREIRA, 2005).

Assim sendo, para fazer frente a essas ações de desestabilização os governos africanos de orientação anticolonialista e anti-imperialista desenvolveram maior aproximação com a União Soviética e com Cuba como forma de obterem apoio diplomático e militar contra seus inimigos internos e externos. Esse fato aumentou ainda mais a tensão diplomática e militar e as divisões entre os Estados africanos, deflagrando um longo e destrutivo ciclo de conflitos intracontinental e militarizado (CLAPHAM, 1996).

Esse ciclo de conflitos gerou o acirramento das rivalidades intra-africanas inviabilizando a cooperação e o desenvolvimento do comércio no continente, deteriorando as frágeis bases da união continental. Passando por momento de instabilidade política e de estagnação econômica a maioria dos países do continente africano ainda teve que lidar com as transformações

verificadas no cenário internacional nas últimas décadas do século XX, que foram caracterizadas pelo fenômeno que ficou conhecido como Revolução Tecnológica.

Isso acentuou ainda mais a subalternidade econômica dos países africanos no comércio mundial, através da perda relevante de suas exportações, da sobrevalorização dos produtos exportados pelos países industrializados, aumentando o abismo que separava as precárias economias do continente das indústrias do mundo desenvolvido.

O uso crescente da tecnologia fez com que os países do centro demandassem maiores investimentos para pesquisa e produção de novos produtos, criando um entrelaçamento entre as indústrias os bancos e os sistemas financeiros internacionais. Estes por sua vez, passaram a cobrar juros altos pelos empréstimos e impondo maiores exigências nas negociações de crédito. Dessa forma, os países africanos que já estavam excluídos do centro dinâmico da economia mundial pelo monopólio tecnológico dos países centrais, descobrem-se também excluídos dos créditos e financiamentos internacionais, por não terem condições de preencherem as novas condições de créditos, e atolado em dívidas. A dívida externa africana atingia US\$ 315 bilhões, mas que o tripulo das suas exportações. A renda *per capita* africana caiu 20% desde 1980, passando na África Subsaariana, de US\$ 752 a US\$ 641 (FERREIRA, 2005, p. 9).

Segundo VISENTINI (2010) os efeitos da globalização (revolução tecno-científica) estimulados pelo fim da bipolaridade conduziram ao colapso econômico africano ao mesmo tempo em que o continente perdia grande parte de sua importância, estratégia e capacidade de barganha. De fato, tanto a globalização como o fim da Guerra Fria desarticularam interna e externamente a política africana gerando conflitos desestrategizados e tribalizado em meio ao alastramento de pobreza, da megaurbanização caótica e do resurgimento de doenças epidêmicas como a cólera e o avanço considerável do HIV/AIDS. O resultado de tudo isso foi à marginalização da África no sistema internacional favorecendo o afropessimismo que ganhava contornos universais.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise sobre as possibilidades de reinserção internacional africana no início do século XXI, considerando as realidades e os desafios do desenvolvimento dos Estados africanos. Considera-se também, que as conexões regionais e continentais constituem elementos fundamentais para alcançar tal objetivo. Como objetivo específico, pretende-se discutir a experiência da integração na África Austral e os programas africanos para a promoção do desenvolvimento, materializada na

NEPAD. Ao longo do trabalho procura-se responder a seguinte questão: em que medida os Estados saídos do colonialismo podem promover as suas condições de desenvolvimento e encontrar formas de integração que favoreça a inserção plena da África no sistema internacional.

Para tal, a metodologia utilizada consistiu-se de uma documentação indireta correspondente a uma revisão bibliográfica, integrando materiais publicados, principalmente livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e outros tipos de matérias disponibilizados na internet (sites oficiais).

O trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução. A segunda parte trata da formação do sistema africano de Estados, onde se destaca as rivalidades e coalizões que caracterizaram as relações interafricanas no período imediatamente após a independência. A terceira parte analisa-se o processo de integração na África Austral apontando os condicionantes que estiveram na base da sua criação e busca-se mostrar em que medida esse bloco tem contribuído para superar as dificuldades do subdesenvolvimento dos países que o compõem. A quarta aborda-se especificamente, a NEPAD, tecendo algumas considerações da sua implementação, apontando os seus princípios basilares e, por fim, procura-se evidenciar o seu fundamento para o desenvolvimento continental. Por último, nas considerações finais, apresenta-se alguns argumentos que situam a reinserção da África no sistema internacional do século XXI.

2 A FORMAÇÃO DO SISTEMA AFRICANO DE ESTADOS

O processo de independência das colônias europeias no continente africano começou após a II Guerra Mundial e terminou na década de 1970. Este processo começou com as independências da Tunísia (1950), da Líbia (1951), do Sudão e do Marrocos (1956), de Gana (1957) e da Guiné (1958) e chegou ao ponto máximo em 1960, quando 16 colônias se tornaram independentes. Houve guerra na Argélia e Congo Belga, que ocorreu em 1961, mergulhando o país numa guerra civil de facções rivais que culminou em 1965 na ascensão do General Mobutu, que instaurou no país uma ditadura pessoal a serviço do neocolonialismo. Enquanto na África portuguesa o fim do colonialismo foi acelerado pela Revolução dos Cravos de abril, que em 1974 derrubou o regime fascista de Portugal.

2.1 Os impactos da descolonização (Pan-africanismo x neocolonialismo)

A ocupação colonial pelas nações europeias do continente africano representou um ato de denominação política, de exploração econômica, de sujeição cultural e de imposição social. Os invasores europeus ignoraram toda a diversidade étnica e cultural, derrubando reinos e impérios, mudando drasticamente os velhos padrões da sociedade, das estruturas tradicionais milenares, impondo as suas ideologias colonialistas através da exploração do homem pelo homem, o que se traduziu num dos fenômenos histórico de maior efeito traumático, principalmente no campo psicocultural (CANÊDO, 1986).

A dominação colonial se traduziu na perda do continente não só da sua soberania e da sua independência, mas também dos seus valores culturais e, sobretudo, das suas riquezas. Traduziu-se, no entanto, na perda do direito dos africanos dirigirem seu próprio destino, de planejar seu desenvolvimento, de gerir a sua economia, de determinar suas próprias estratégias e prioridades, de obter livremente as técnicas mais modernas e adaptáveis as suas exigências, enfraquecendo os sistemas de governo dos indígenas. O colonialismo pôs fim à participação do continente no plano internacional, privando os Estados da África da possibilidade de adquirirem experiência no domínio da diplomacia e das relações internacionais. Enfim, o colonialismo privou os africanos do direito a liberdade (BOAHEN, 2010). Nesse sentido, acentuava-se uma situação de subordinação, caracterizada pela assimetria e pela desigualdade das suas relações econômicas com os países industrializados ocidentais.

Negligenciou-se ou desencorajou-se a industrialização e transformação das matérias primas e dos produtos agrícolas na maioria das colônias, eliminando os africanos dos setores mais importantes e lucrativos da economia. Por outro lado, pôs-se fim ao comércio interafricano, na medida em que o fluxo do comércio era reorientado para a metrópole¹. A eliminação de boa parte dessas antigas relações mercantis interafricanas impediu o estreitamento dos velhos laços e o desenvolvimento de outros novos, que pudessem vir a ser de benefício para os africanos. Pela mesma razão, a África não pôde desenvolver laços comerciais diretos com outras regiões do mundo, como a Índia e a China. O desenvolvimento tecnológico foi paralisado e só tomou novo impulso após a independência.

O colonialismo provocou o rebaixamento generalizado dos africanos introduzindo mudanças no domínio cultural, à discriminação racial e a condenação da cultura africana, particularmente a deterioração da situação da mulher africana. Outrossim, implantou-se um sistema educacional restrito, abarcando, apenas, um pequeno número da população.

No entanto, a relação de subordinação e o rebaixamento que encontravam os africanos no continente e os negros na diáspora, levaram a mobilização e consciência anticolonialista que se processou através da criação de associações e movimentos de protesto, de revoltas e ações internacionais em prol da liberdade e igualdade dos africanos e dos seus descendentes.

Deste modo, no intento de promover o resgate da África e dos africanos em geral, demonstrando a sua capacidade tanto de se autogovernar, quanto em contribuir para a civilização mundial, surge nas Antilhas e nos Estados Unidos da América, entre os anos 1900 e 1935 o movimento Pan-africanista. Um movimento político e social que se dedicou primeiramente na promoção social e política dos negros nos Estados Unidos da América, e posteriormente voltou-se para a luta contra o imperialismo, a defesa da descolonização, e do progresso político-social da África (BOAHEN, 2010).

Seu principal articulador foi sociólogo afro-americano W. E. B. Dudois, quem organizou os 5 congressos Pan-africanos sendo em 1919, 1921, 1923 e 1945 na Europa, e em 1927 nos Estados Unidos da América. O quinto congresso Pan-africano realizado em

¹As relações entre a metrópole e as colônias passaram a ser regidas pelo Pacto Colonial, na qual definia um conjunto de regras, leis e normas que as metrópoles impunham às suas colônias durante o período colonial. As colônias, em especial as localizadas nas áreas tropicais, tinham a função de complementar à economia européia. Por essa razão, concentravam-se na produção em grande escala de alguns gêneros agrícolas, altamente lucrativos, como o **açúcar**, ou de matérias-primas, como o **algodão** ou, ainda, de **minérios**. Isso tomava a produção colonial altamente especializada (para muitos monocultural) e extrovertida, isto é, voltada para os interesses da metrópole (SISTEMA..., [2012]).

Manchester, em outubro de 1945, foi o que reuniu o maior número de representantes africanos possibilitando um melhor desenrolar dos debates que trataram, essencialmente, sobre a libertação da África colonizada. Dentre os principais delegados ou representante africanos que participaram do congresso destacam-se Peter Milliard da Guiana britânica (atual Guiana), R. T. Maknmem, das Antilhas, Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana), George Padmore, de Trindade, Peter Abrahams, da África do Sul e Jomo Kenyatta, do Quênia.

Neste congresso foram estabelecidas resoluções que continham declarações dirigidas às potências coloniais exigindo a emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à dominação das potências europeias, a revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias, a liberdade de expressão, o direito ao voto e à elegibilidade para todo homem ou mulher com a idade a partir de 20 anos e o acesso de todos os cidadãos à assistência médica, à seguridade social e à educação. Exigiam que a África se livrasse da dominação política e econômica dos imperialismos estrangeiros (MAZRUI; WONDJI, 2010).

De igual modo, foi dirigida uma declaração ao povo africano, em que os representantes enfatizaram o fato da luta pela independência política ser somente a primeira etapa da luta pela libertação total e o meio para se atingir a completa emancipação nas esferas econômica, cultural e psicológica. Partindo desse pressuposto, Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta saíram do congresso rumo à África, onde iriam conduzir o seu povo a independência, mobilizando os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados Independentes sobre a causa Pan-africana.

O V congresso tornou o Pan-africanismo uma ideologia de massas, reformista e protestante em favor da autodeterminação e autonomia das populações de origem africana, reivindicando uma política de descolonização. Por outro lado foi acordado a criação de uma organização supranacional que zelasse pelos interesses africanos, considerada um pré-requisito para a futura unificação continental. Para tanto, o pan-africanismo passou a se manifestar em todos os planos, quais sejam, no aspecto cultural, atuou através da promoção da identidade africana, no campo político, na organização de congressos, conferências e uniões que culminaram com a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) no ano de 1963. No plano econômico, na busca de soluções para problemas comuns e o progresso do continente, no plano diplomático, o Pan-africanismo atuou contra o colonialismo, a balcanização continental e o envolvimento na Guerra Fria, e no campo social, buscou a

promoção da mulher africana e o desenvolvimento de políticas educacionais e sanitárias (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

Apesar de toda investida do Pan-africanismo na luta contra as potências coloniais, atingindo o seu auge nos primeiros dez anos posteriores à conquista da independência africana, não sobreviveu, exaurindo-se ao final dos anos 1960. Enfraqueceu em alguns Estados africanos a vontade de lutar contra as potências coloniais, em que pese a persistências na África Austral, de um conflito cuja permanência poria em suspenso à completa libertação do continente.

Assim, embora a descolonização tenha representado a conquista da autonomia e a independência política dos países africanos, construindo um marco importante na história mundial contemporânea, devolvendo ao palco das relações internacionais aqueles que antes figuravam como colônias ou objetos, e agora se tornam sujeitos ou atores no processo de tomada de decisão, ela deixou um verdadeiro hiato na história dos Estados recém-independentes. Ou seja, a descolonização produziu Estados extremamente frágeis com grandes debilidades estruturais, com ausência de quadros qualificados para ocupar postos na econômica e na administração dos Estados Independentes, conjugado com a falta de médicos, engenheiro, professores, enfim, pessoas capazes que pudessem consolidar política e diplomaticamente os Estados e promover o desenvolvimento econômico.

Após a independência os países africanos passaram a enfrentar novos e vários problemas como, questões envolvendo a consolidação das fronteiras que eram artificiais, rivalidade dos grupos étnico-linguísticos locais e grupos econômicos com interesse específicos, falta de infraestrutura governamental e falta de recursos econômicos. Tudo isso somando o domínio econômico-cultural das antigas metrópoles que aprofundava o processo de corrupção das elites a níveis inimagináveis. Logo, a fragilidade dos novos Estados ficou patente, e o caminho da afirmação interna e externa revelou-se muito difícil.

Diante desse quadro, alguns Estados procuraram desenvolver uma liderança e um maior protagonismo, às vezes transformador, enquanto outros buscavam apenas sobreviver, fazendo alianças possíveis e/ou necessárias com as ex-metrópoles, construindo bases sólidas para o neocolonialismo.

A maioria das elites africanas estabeleceram relações com as ex-metrópoles. Os países francófonos mantiveram os vínculos com a metrópole por intermédio da Comunidade

Francesa de Nações, enquanto os anglófonos mediante a Commonwealth britânica, como forma de obter legitimação interna e externa.

Nesse contexto, surgia o sistema de neocolonialismo que se caracterizou pela relação de dependência e pela manutenção da exploração entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, numa relação de troca desigual. Essa relação constituiu a condição a que a maioria das ex-colônias submeteu aos tratados e acordos bilaterais com a antiga potência colonial ou eventualmente com os EUA, envolvendo várias áreas de cooperação, como, no plano cultural, econômico, militar e na área diplomática (SILVA, 2008).

Receando a esse fato, o presidente de Gana e militante da unificação da África, Kwame Nkrumah, já denunciava, no início dos anos 1960, a situação neocolonial, pois para ele, o neocolonialismo representava o imperialismo em sua fase final e mais perigosa, cuja essência é de que todo Estado que está sujeito ao neocolonialismo é teoricamente independente e tem todos os adornos exteriores da soberania internacional. Ele dizia ainda que:

O neocolonialismo é a pior forma de imperialismo. Para aqueles que o exercem, significa o poder sem a responsabilidade e para aqueles que o sofrem, significa exploração sem alívio. Nos dias do antigo colonialismo, a potência colonial tinha pelo menos que explicar e justificar, as ações que realizavam no exterior. Na colônia, aqueles que serviam à potência imperial dominante podiam pelo menos esperar a sua proteção contra qualquer ação violenta dos seus opositores. Com o neocolonialismo isso não acontece (NKRUMAH, 1967, p. 4).

Portanto, o neocolonialismo não estabelece vínculos diretos, senão acordos em áreas específicas. Destarte, no âmbito militar, a cooperação se dava por meio de venda de armas, de treinamento de oficiais e da presença de assessores e missões. No plano cultural, o intercâmbio fazia com que as cartilhas de alfabetização viessem da Europa, onde também estudavam os jovens da elite, futuros dirigentes do país. No plano econômico, os países se mantiveram na condição de fornecedores de matérias-primas e exportadores de produtos primários, aprofundando o sistema interno de produção preservando os interesses estrangeiros. No tocante a diplomacia, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra, devido à falta de recursos e à dependência externa, acentuando em grande medida a relação neocolonial.

Por exemplo, a França desenvolveu uma megaestrutura burocrática oferecendo aos países africanos auxílio técnico, estabelecendo relações econômicas privilegiadas e programas de ajuda, mantendo a África como a sua área de influência².

O estabelecimento dos acordos de Yaoundé em 1963 e em 1969, as Convenções de Lomé a partir de 1975, e finalmente o estabelecimento da rede cooperação da ACP, permitiram que a França institucionalizasse os laços neoliberais com os países africanos ao torna-los atrativo ao mercado comum europeu. Nesse âmbito, Paris pôde ampliar a sua área de influência para países como Zaire, Ruanda, Burundi, Maurício, Serra Leoa, e Libéria. Através das intervenções militares, especialmente em situações de crise, a países como Tchad, Zaire, Gabão, Republica Centro-africana e Djibuti. Igualmente, procurou cultivar essa afinidade através de um amplo programa de envio de técnicos e professores para auxiliar os novos governos a estruturar os serviços básicos e edificar a maquina estatal.

Com isso, verificou-se que no final dos anos de 1970, a África estava mais dependente dos países ocidentais, comparativamente há tempos passados, onde a maioria dos países haviam se tornado ainda mais fortemente dependente dos interesses, dos investimentos, da tecnologia e das capacidades estrangeiras, das teorias de desenvolvimento e de crescimento econômico elaborado além de suas fronteiras e, sobretudo da exportação de matérias-primas e de produtos agrícola para os ricos países ocidentais.

Entretanto, a concessão de apoio e favores aos países em caso de crise ou ameaça externa era de extrema importância para os dirigentes e seus países que ofereciam em troca, votos na ONU, e permitiam a instalação de bases militares em seus territórios. Ressalta-se que as relações neocoloniais representavam em muitos casos uma política dos próprios países africanos em defesa dos seus interesses (VISENTINI, 2010).

2.2 As relações inter-africanas: Os grupos Casablanca e Monróvia

O Pan-africanismo como movimento de integração conheceu um grande impulso nos anos 1920, mas todavia, perdeu o seu poder de atração ao longo dos anos 1930 e 1940, para

²“Os franceses, astutamente, denominaram a relação de dependência ‘ La coopération ‘; ela assegurava o fluxo de produtos franceses nesses mercados e ambientes protegidos para o investimento do capital francês, inclusive, através do apoio da moeda comum, o Franco CFA.... Além disso, a França mantinha bases militares, fornecia armamento e treinava os militares e a polícia; os golpes militares raramente significavam qualquer mudança nas relações com a França. Ela, não apenas tem sido a maior fornecedora militar ao clube da francofonia, mas sua venda de armas para outros Estados (Líbia, Nigéria, Quênia, Somália, e África do Sul) a colocou na liderança Ocidental dos mercados de armas (através da União Soviética) no continente. Sob De Gaulle, esses arranjos eram supervisionados pelo seu conselheiro especial para assuntos africanos, Jacques Foccart, uma figura sombria dos serviços de inteligência” (VISENTINI, 2010, p. 94).

realmente definir os seus objetivos e encontrar a sua dinâmica após 1957. Almejava-se alcançar a integração política, cultural e econômica, em níveis regionais, continental e extra-regional³. Com efeito, a sua primeira iniciativa foi constituir a união Gana-Guiné (1958), e a união Gana-Guiné-Mali, primeira etapa rumo à União dos Estados Africanos.

A segunda iniciativa foi organizar a Conferência dos Estados Independentes também em 1958, sediada em Accra, participando todos os Estados Independentes de então. Sucedeu a esta, a Conferência dos Povos Africanos. Posteriormente, foram realizadas a cúpula Guiné-Libéria em Sanniquelli, a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, na capital Monróvia em 1959, e a terceira em Addis-Abeba, no ano de 1960. Em todas essas conferências proclamava-se, entre outras coisas, a constituição de um vasto mercado comum em escala continental, ressaltando a integração política e a cooperação econômica entre os países (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Importante notar, que a conferência realizada em 1958 foi que, pela primeira vez, os chefes de Estados da África se reuniram para debater problemas comuns e para cooperar em matéria política e econômica, sendo que a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, foi um encontro de enormes discussões sobre o tema da unidade continental. Gana propunha uma união política e a formação de um mercado comum africano. Na verdade, Kwame Nkrumah foi o campeão nesse aspecto enfatizando que a unidade e mercado comum constituíam o pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente em sua totalidade, mas igualmente dos Estados Independentes associados no seio da união. A Libéria por sua vez, defendia uma integração menos ambiciosa e processual, que iniciasse com a eliminação gradativa de barreiras comerciais.

Todavia, o movimento de unificação política, e o projeto de um mercado comum continental não atraiu o mínimo de interesse por parte dos dirigentes africanos que se opuseram ao proposto. Os dirigentes africanos dividiram-se horizontalmente em dois blocos, um pró-ocidental e o outro autonomista e não aliado, às vezes de tendência pró-socialista, bem como verticalmente, em revolucionários, progressistas, reacionários, capitalistas, tradicionais e moderados.

³Uma característica interessante das primeiras manifestações do Pan-africanismo foi dada ao fenômeno de atraso africano que estava vinculado ao projeto colonial. Tanto Du Bois, como mais tarde o messiânico Marcos Garvey, insistiram que uma cooperação entre os negros africanos, dentro e fora da África teria por base a autonomia econômica. Para Garvey era necessário o estímulo à capacidade africana de administrar-se de maneira autônoma (SARAIVA 1993, p. 32).

Não havia consenso sobre as vias de construção da África independente e da sua cooperação. Os países de expressão predominantemente inglesa e francesa desenhavam planos distintos para a cooperação. Para os primeiros, a independência política conduziria naturalmente o continente à soberania econômica. Esse era o passo mais seguro em direção à cooperação e integração continentais. Para os países de expressão francesa, a manutenção dos laços com a metrópole associando-se a seus interesses parecia uma boa forma para alcançar a gradual integração continental.

Ademais, os dirigentes dos novos países independentes consagraram toda a sua atenção aos imediatos problemas territoriais impostos pela unificação de grupos étnicos e regionais, ao fortalecimento do seu próprio partido e do seu poder sobre as massas e sobre os chefes opositoristas, à segurança do país no contexto da Guerra Fria, à ameaça de golpes de Estados. Assim, era difícil para alguns chefes de Estados independentes engajarem-se em uma política Pan-africanista, que por outro lado representaria a perda da soberania recém conquistada transferindo-a à autoridade política central (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Destarte, durante as Conferências existiu uma oposição clássica entre os chamados Estados moderados e progressistas. Essa oposição ou divisão veio influir fortemente na agenda política dos países africanos, levando a formação de dois grupos opostos, quais sejam; o grupo de Casablanca e o grupo de Monróvia.

O grupo de Casablanca foi fundado em janeiro de 1961, sendo integrado pelo Egito, Argélia, Líbia, Mali, Marrocos, Guiné, e Gana, propunha uma diplomacia neutralista e uma ruptura profunda com a metrópole. Defendia uma forte união política, inspirando-se nos Estados Unidos da África, conclamados pelo Nkrumah, preconizando uma planificação e um centralizado desenvolvimento econômico, um sistema de defesa e de segurança em esfera continental, além de defender o restabelecimento da honra da cultura africana.

Por sua vez, o grupo de Monróvia foi criado em dezembro de 1960, integrado pelas antigas colônias francesas, acompanhada da Nigéria, Etiópia, Libéria e Serra Leoa. Seguiu uma linha moderada, vinculada ao neocolonialismo, e defendia uma confederação maleável de Estados africanos, soberanos e independentes, que favorecesse uma participação e uma cooperação voluntária no âmbito dos intercâmbios culturais e da integração econômica (CLAPHAM, 1996; VISENTINI, 2010).

Como forma de controlar as dissensões, unir os dirigentes e criar uma verdadeira federação continental africana foi organizada a conferência de Cúpula dos Estados Africanos Independentes em Addis-Abeba no ano de 1963, em que assinaram a Carta Manifesto pela Unidade Africana, criando a Organização da Unidade Africana (OUA). Esta significou de certo um acordo de cavalheiros entre os grupos de Casablanca e Monróvia em torno de compromissos político de equilíbrio entre as partes.

Mas apesar disso, a organização não conseguiu realizar as aspirações integracionistas do Pan-africanismo, pois, encontrava-se distante de alcançar a satisfação dos velhos Pan-africanistas, do grupo de Casablanca, especialmente o Nkrumah, que era a sua transformação em um governo de união continental, ou verdadeiros Estados Unidos da África⁴. Ainda no âmbito dessas discussões foi criado o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em 1963. A Comissão Econômica para África (CEA) fundada em 1958 tomou novos contornos. Através desta, dezoito Estados eram associados à Comunidade Econômica Europeia (CEE), representando um ideal para uma nova marcha para cooperação africana (CLAPHAM, 1996).

Em razão da derrubada de Nkrumah em 1966, e da ação concentrada da OUA aos numerosos problemas dos Estados Independentes, à sua evolução interna e o fortalecimento dos seus laços com as antigas potências coloniais, o Pan-africanismo, na qualidade de vetor de integração, perdeu seu ímpeto durante a segunda metade dos anos 1960, geralmente, em proveito de movimentos favoráveis a constituição de agrupamentos regionais e interestatais. Haja vista o grande número, mais de vinte, de organizações intergovernamentais de cooperação econômica multissetorial, na África, bem como uma centena de organizações multinacionais unissetoriais engajadas em promoverem no continente a cooperação técnica e econômica.

Observa-se que muitas dentre elas foram criadas no início dos anos 1960, sendo que ao final desta década estavam todas moribundas, conduzindo ao declínio da integração regional africana. No início dos anos 1970, os esforços pela integração estavam manifestadamente comprometidos, pois a experiência integracionista havia se sucumbido ante as condições de deterioração. Destacam-se como exemplo, as duas iniciativas dos países francófonos da África Ocidental que se haviam traduzidos pela implementação sucessiva da

⁴“Até a sua queda em 1966, Nkrumah quase nunca, ao longo das reuniões da OUA, deixou de arguir, obstinada e apaixonadamente, em favor da transformação da Organização em um governo de união continental ou, verdadeiros Estados Unidos da África; conquanto longos, circunstanciados e emocionantes fossem os seus discursos, ele não logrou êxito” (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 877).

União Aduaneira da África do Oeste (UDAO), em julho de 1959, e da União Aduaneira e Econômica dos Estados da África do Oeste (UDEAO), em junho de 1966, a União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC), instaurada em janeiro de 1966 e os acordos de cooperação estabelecidos, entre os novos membros do Comitê Consultivo Permanente do Magreb, nascido em novembro de 1965, em que todos constituíram fracassos e não obtiveram êxito.

O insucesso da integração regional africana no curso dos primeiros anos pós-independência constituíram-se de inúmeros problemas de ordem interna e externa. O colonialismo deixou atrás de si um mosaico de Estados soberanos que não eram eles próprios, senão entidades artificiais que tenebrosos em favorecem a integração, foram obrigados a aterem-se ao quadro estritamente nacional e privilegiando o desenvolvimento político, econômico, e social do seu povo. A sua primeira preocupação foi edificar Estados nacionais viáveis, fundados sobre as suas tradições e os seus próprios costumes.

Por outro lado, a heterogeneidade política, econômica e ideológica do continente, que associados ao que Timothy Shaw denominou “os problemas insolúveis da politização das organizações“, os problemas advindos da competição entre os organismos regionais encarregados da cooperação, a desconfiança dos novos Estados africanos em relação a estruturas supranacionais dificultaram largamente os esforços ou funcionamento dos sistemas de cooperação econômica, isso sem falar da ausência de infraestruturas regionais adequadas, especialmente redes de transporte e comunicação, que limitavam o intercâmbio e a circulação. Ademais, as sólidas relações bilaterais que os países africanos mantinham com a ex-metrópole militavam, ainda e fortemente, contra as aproximações intra-africanas (MAZRUI; WONDJI, 2010).

De fato, uma autêntica cooperação exigia necessariamente um engajamento no longo prazo no estabelecimento de mecanismos de harmonização de políticas delegando parcela significativa de soberania para instituições de caráter supranacional. Além do mais, os Estados africanos não estavam dispostos em dividir a sua soberania e tampouco renunciá-la. Com efeito, em lugar algum na África demonstrou-se disposição a sacrificar os interesses nacionais em detrimento da integração regional. Não se colocaram de acordo para liberar as trocas ou repartir as indústrias senão à condição de não se estabelecer um conflito entre os objetivos da integração regional e os imperativos nacionais, quer fosse de segurança, de prestígio ou de vantagens econômicas (SARAIVA, 1993).

Vale a pena sublinhar, que uma das maiores dificuldades de cooperação africana, foram às divergências no relacionamento entre a OUA e a CEA, na medida em que a primeira representava os novos Estados conformados com o processo de Independência e tinham dificuldades em atender a necessidade de cooperação. A segunda era um órgão de vocação cooperativa no âmbito continental. As fricções entre essas duas organizações chegaram a níveis indesejáveis que se chegou a reativar as rivalidades entre os Estados de expressão francesa e os de expressão inglesa. Ficou evidente que OUA estava sempre mais identificada com o grupo moderado de Monróvia, e a CEA se identificava com o grupo Casablanca ou os países de expressão inglesa, o que dificultava as negociações de cooperação⁵.

Assim sendo, em razão dessas insuperáveis dificuldades, os dez anos posteriores à independência resumiu-se à simples declaração de intenções ou à expressão de um alinhamento em escala continental. Nem o entusiasmo manifesto por Nkrumah pelo nobre ideal Pan-africano de unidade política e de integração econômica do continente, e tampouco o progresso do regionalismo que buscava integrar seus mecanismos de cooperação aos grupos regionais ultrapassaram o estágio do debate teórico.

Se o objetivo do pan-africanismo durante os anos 1960 foi distender os laços que uniam a África da Europa, os resultados decepcionantes da integração favoreceu o fortalecimento de sua dependência econômica e cultural dessa mesma Europa e do mundo desenvolvido, acentuando os padrões do neocolonialismo na justa proporção em que declinava o colonialismo econômico.

2.3 O Pan-Africanismo e o debate sobre o desenvolvimento econômico

A terceira década independente do continente africano tem sido considerada a mais catastrófica, pelas condições crescente de deterioração na situação econômica, onde numerosos países africanos não computaram qualquer sensível progresso econômico. Muitos dirigentes esperavam que os intercâmbios comerciais com os países industrializados, conjugados com suas ajudas, fornecessem os recursos necessários para permitir o desenvolvimento autônomo e contínuo ao qual aspiravam, mas estas esperanças não se concretizaram. Nem o comércio, nem mesmo as políticas de apoio seguidas por esses países industrializados, puderam acelerar o desenvolvimento econômico africano. Registrou-se no

⁵“Percebe-se o forte componente de frustração que a experiência dos anos sessenta representou para a tentativa cooperativa no continente africano. Ainda assim, o continente continuou a sonhar com a ideia, vista por muitas lideranças na África e fora dela como uma saída para as crises do subdesenvolvimento.” (SARAIVA, 1993, p. 37).

período 1960-1970, uma taxa de crescimento mais fraca do mundo em vias de desenvolvimento, 2%, contra 4,1% para sul da Ásia; 5,6 para o leste asiático; 4,5% para América Latina e 7,2% para o Oriente Médio (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Os anos 1970 foram marcados por um crescimento econômico letárgico, fracos níveis de produtividades, uma base industrial limitada e fracionada, forte dependência das exportações (produtos primários e matéria-prima), fracos índices de expectativas de vida, déficit crescente na balança comercial e grande diminuição na renda real por habitante. O déficit na balança comercial passou de US\$ 4 bilhões em 1974, para cerca de US\$ 10 bilhões em 1978-1979. Na África subsaariana a dívida externa passou de US\$ 6 para US\$ 32 bilhões, enquanto a porcentagem das receitas das exportações consagrada ao pagamento do serviço da dívida passava de 6 para 12% (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Essa situação foi agravada pelos efeitos da crise planetária marcada pelo fim do sistema de Bretton Woods, pelos choques petrolíferos provocados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), pela crise energética e pela estagnação advinda a partir dos anos 1970, evidenciando a grande vulnerabilidade externa da quase totalidade dos países africanos.

Frente a esta implacável realidade os países se deram conta, de que era necessário elaborar e aplicar com rigor novas estratégias tanto em nível nacional, regional como internacional para se livrarem da estagnação econômica. Em nível nacional, estas estratégias implicavam em instaurar uma nova ordem econômica, fundada nos princípios de autonomia e do desenvolvimento autossustentável. Em nível regional, os países africanos deveriam conquistar uma maior margem de autonomia coletiva. E finalmente a nível internacional, tratava-se de fundar uma Nova Ordem Econômica Internacional⁶.

No entanto, os dirigentes viram-se obrigados a favorecer a cooperação interafricana com o intuito de fortalecer as tentativas empreendidas em nível nacional para consolidarem a sua independência. Resolveram adotar uma ampla abordagem regional essencialmente

⁶ No dia 23 de dezembro de 1973, o xá do Irã anunciava que o barril de petróleo bruto leve, então cotado a 5,04 dólares, seria doravante vendido a 11,65 dólares. Esta decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) balançou a economia internacional e representou um golpe de força aplicado com êxito e, permitiu relançar a campanha do Terceiro-Mundo em favor de uma nova ordem econômica internacional. Esta campanha concentrou-se principalmente em seis objetivos: estabilização nas cotações dos produtos primários; tratamento pontual das dívidas do Terceiro Mundo; reestruturação do comércio internacional e abolição das práticas intervencionistas, próprias aos países do Hemisfério Norte, frente aos países do Terceiro Mundo; facilidade de acesso à tecnologia ocidental; reordenação das capacidades produtivas industriais mundiais em favor dos países do Terceiro Mundo e reforma do sistema monetário e financeiro internacional, ou seja, do Bando Mundial e do Fundo Monetário Internacional (MAZRUI; WONDJI, 2010, p. 504).

fundada na autonomia coletiva, o regionalismo. Pois, somente uma estratégia de desenvolvimento fundada sobre princípios de autonomia e de aumento de capacidade econômica no continente poderia levar a África a romper com o seu passado econômico colonial de dependência externa.

Nesse sentido, a integração regional passou a ganhar novos contornos através do estabelecimento do Plano de Ação de Lagos estabelecido em 1980, que enfatiza a independência econômica, desenvolvimento autossustentável e crescimento econômico, como forma de prover à emancipação da África em relação às estratégias estrangeiras. De fato, esse propósito tem servido como um instrumento relativamente eficaz para mobilizar tendências integracionistas no plano regional. De igual modo, formou o pano de fundo para que o Pan-africanismo, na qualidade de projeto que busca a integração, representasse um meio de redução de dependência dos países africanos e de consolidação da sua posição em negociações, fortalecendo o seu potencial de desenvolvimento, visando assim, alcançar uma nova ordem econômica internacional (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Além do mais, não somente se promoveriam as vantagens tradicionais da integração regional como, por exemplo, aumento das trocas comerciais e dos investimentos, como também seria uma forma de reduzir as vulnerabilidades externas do continente. Abraçaram a ideia de que, realmente, a integração regional pudesse impor um fim a esta relação de dependência externa, ajudando cada Estado-membro a exportar para países vizinhos produtos manufaturados e a termo, bens e equipamento.

Conquanto, as modalidades de integração no continente ganharam certo avanço e existe uma percepção mais realista depois do fracasso que caracterizou a história das tentativas cooperativas no continente. E uma das saídas para a situação da crise é o desenvolvimento de um mercado comum continental. Sabe-se que esse propósito se manifesta desde o Pan-africanismo e agora se trata de dar outro caráter à ideia inicial, buscando redefinir a própria noção de desenvolvimento em sentido mais autocentrado e sustentado por níveis mais pragmáticos e realistas de integração regional (SARAIWA, 1993)

É certo que as condições ainda são bastante precárias no continente e que as experiências cooperativas e integracionistas regionais ainda não lograram um resultado plenamente positivo, mas a ideia comunitária, em um momento diferente dos sonhos Pan-africanistas, e com as cláusulas do realismo que levaram os africanos a se voltarem para uma perspectiva mais endógena, pode ser um novo alento para um continente em construção.

Através desse novo olhar os africanos estão reivindicando e construindo uma autonomia decisória, buscando soluções para seus problemas, que se materializam através da transição do antigo modelo de cooptação para um modelo administrado de dentro para fora, permeando a construção de desenvolvimento, com democracia e mais inclusão social. A criação de uma área de integração regional será o tema do próximo capítulo.

3 INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL: A SADC

A história contemporânea tem sido caracterizada pela formação de blocos de países como estratégia de segurança e desenvolvimento socioeconômico. Na África, essa tendência pode ser identificada na criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), que têm sido consideradas determinantes na integração regional econômica africana. A SADC tem ampliado o número de países participantes na comunidade, indo dos nove originais para 15, bem como o âmbito e a natureza de seus objetivos. No entanto, a SADC ainda enfrenta desafios em termos de integração, dadas as disparidades e os variados níveis de estabilidade e democracia entre os países membros. Assim, entende-se que a integração regional refere-se ao:

[...] movimento que visa estabelecer ligações entre um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico, motivado pelos interesses comuns e compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros setores econômicos, com vistas a alcançar uma zona de livre comércio e, subsequentemente, estabelecer uma união alfandegária. Os países comercializam mais significativamente com seus vizinhos do que com os países distantes. Como tal, “a pura análise econômica mostra que, com as pré-condições corretas, podem-se esperar benefícios econômicos significativos, potencialmente mensuráveis, com a integração regional”. O benefício fundamental da integração econômica está na utilização de vantagens comparativas de Estados membros. A integração também é influenciada pelo desejo de promover uma agenda comum de defesa e segurança (MOURÃO, 2002, p. 260).

3.1 África do Sul e a SADC: abordagem histórica

Um fator de grande repercussão que marcou a história da África do Sul foi, sem dúvida, a institucionalização do Apartheid que determinou uma nova forma de organização política e social baseado na opressão da maioria negra e, em menor medida mestiça e asiática. Assim sendo, propõe-se uma breve análise ao processo que culminou na implementação da Apartheid.

Com a chegada dos holandeses (pequenos fazendeiros e agricultores) em 1652 foi fundada uma feitoria na colônia do Cabo. Esses holandeses que ficaram conhecidos por bôeres possuíam uma economia escravista muito pouco monetarizada e essencialmente agrícola, apoiada nas culturas de cereais e da vinha e na criação de bovinos e ovelhas. Esta colônia era administrada por um governador local, assistido por um Conselho e subordinado

ao governador geral da VOC⁷ sediada em Batávia, que controlava as contas da colônia e o comércio.

Por seu turno, o império britânico conquista a colônia do Cabo em 1795 instalando a sua administração, transformando toda a dinâmica socioeconômica da colônia pela sua concepção capitalista, defrontando-se com a lógica de produção bôer. Em 1833 o império britânico proibiu a escravidão e os nativos foram reconhecidos como homens livres e com direitos de igualdade (BRAGA, 2011).

Então, insatisfeito com essa situação os bôeres migraram para o nordeste do país, num fenômeno que ficou conhecido como a grande viagem ou o grande *Trek* para escaparem do controle inglês e fundarem uma nova sociedade colonial. Nessa trajetória os bôeres iam se africanizando criando uma identidade própria que ficou conhecida como *Africander*, fortemente preconceituosa e discriminatória (RIBEIRO, VISENTINI, 2010). Os bôeres fundaram a colônia de Natal, e posteriormente o Estado Livre de Orange e Transvaal que os ingleses ocuparam depois.

As rivalidades entre os bôeres e os ingleses estavam envolvidas com as questões de terra e trabalho. Essas rivalidades se intensificaram com a descoberta das jazidas de diamante em 1867 e de ouro em 1885, situadas em território dominado pelos bôeres (BRAGA, 2011; RIBEIRO, VISENTINI, 2010). A extração desses minérios fez desenvolver o sistema econômico capitalista, fazendo com que os bôeres dependessem em grande medida das atividades mineradoras e disputassem postos mais baixos de emprego com os africanos negros. Dessa forma, os trabalhadores brancos passaram a se organizarem em sindicatos para evitar a desvalorização de suas forças de trabalho e exigir políticas de segregação de mão-de-obra negra.

Essa reivindicação levou a Guerra Sul-africana⁸ em 1899. Após isso, foi estabelecido o Domínio da África do Sul, dominada economicamente pelos ingleses e com relevante

⁷Companhia Holandesa das Índias Orientais ou Compainha Neerlandesa das Índias Orientais, formalmente Companhia Unida das Índias Orientais (em holandês, "*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*", com a sigla VOC) foi uma compainha majestática formada por holandeses, em 1602, dois anos depois da formação da Compainha Inglesa das Índias Orientais, com o objetivo de tentar excluir os competidores europeus daquela importante rota comercial (SISTEMA..., [2012]).

⁸ Também conhecida como "Guerra dos Bôeres" ou a "Guerra Anglo-Bôer". Foi uma guerra de brancos, bôeres contra os ingleses, em território africano, onde nenhum dos lados empregou soldados negros (BRAGA, 2011, p. 66).

participação política dos bôeres⁹ (RIBEIRO, VISENTINI, 2010). Em 1914 foi fundado o Partido Nacional com o objetivo de tomar o poder defendendo um Estado sem ingerência inglesa. O Partido teve apoio de intelectuais africânderes e de fazendeiros que se encontravam com grandes dificuldades econômicas por causa do avanço capitalista e a mecanização da agricultura pelos ingleses.

O Partido Nacional vence as eleições em 1948 e se apresenta como legítimo defensor dos interesses bôer (PEREIRA, 2010). Esses interesses foram defendidos pelas políticas de segregação racial através da institucionalização do Apartheid. O sistema político-jurídico foi arquitetado para a execução do projeto da nação africânder, que consolidou o domínio político e se expandiu para esfera econômica¹⁰. Estabeleceram-se leis que barravam o acesso dos negros, mestiços e asiáticos ao trabalho, moradia, uso da terra, educação, serviços de saúde, representação política e a livre circulação¹¹ (MAGNOLI, 1992; MENDONÇA, 2000).

Assim, o Partido Nacional passou a defender as políticas do Apartheid, não só, como uma política de segregação racial e de desenvolvimento separado como também uma ideologia de combate ao comunismo. Com o começo das independências africanas nos anos 1950 a África do Sul começou a sentir-se ameaçada, no que se refere à sobrevivência do regime.

De fato, depois da independência os países da região (os chamados linha de frente) se organizaram e criaram a *Southern African Development Coordination Conference (SADCC)*¹²

⁹ Esta aliança foi estabelecida pelos ingleses como forma de evitar permanente rivalidade com os bôeres, numa conjuntura onde a África estava sendo partilhada e a competição com outras potências estava crescendo (BRAGA, 2011, p. 67).

¹⁰ Até a metade do século XX, os ingleses foram o grupo economicamente dominante na África do Sul, mas na década de 1960 essa situação já era diferente. Beneficiados pelo crescimento econômico, pelo poder político e pela urbanização, os africânderes não eram mais uma comunidade de rudes fazendeiros e de pequenos trabalhadores urbanos. Se já dominavam o serviço público, agora passavam a atuar no comércio, na indústria e no setor bancário, estreitando cada vez mais o fosso social que os separava dos britânicos.

¹¹ Com a institucionalização do Apartheid, impuseram várias medidas como, a Lei de Registro da População (*Population Registration act*) de 1950, que classificava os sul-africanos segundo um sistema racial e linguístico. Definia os grupos básicos da população, dividindo-os a partir da cor da pele em brancos, negros, mestiços e asiáticos. A Lei de Área de Grupo (*Group Areas Act*), votada em 1950 e emendada em 1966, que proibia a residência de membros de um grupo populacional nas zonas destinadas a outro grupo, a Lei de Circulação dos Nativos (*Native act*) de 1952 que regulamentava o antigo sistema de passes, originando as leis de passaporte interno, a Lei de Serviços Públicos Separados (*Reservation of Separate Amenities Act*) de 1953 que definia o uso separado de bibliotecas, parques, praias, transporte e banheiros públicos, a Lei de Proibição de casamentos Mistos (*Prohibition of Mixed Marriages Act*) de 1949 e a Lei sobre Imoralidade (*Immorality amendment Act*) de 1957 que interditava os matrimônios e as relações sexuais inter-raciais (BRAGA, 2011).

¹² Organização fundada em 1980 em Lusaka, Zâmbia, após a adoção da Declaração de Lusaka – África Austral: Rumo à Libertação Econômica. O objetivo principal era a coordenação de projetos de desenvolvimento como forma de reduzir a dependência econômica em relação à então África do Sul do apartheid. Os Países

como forma de reforçar a oposição contra a África do Sul e combater o Apartheid, na vertente econômica. O propósito era reduzir a dependência econômica dos seus membros em relação à África do Sul. Mas por excluir a potência regional e por ter grande oposição por parte desta, a SADCC não logrou êxitos. Qualquer esforço de integração regional deveria contar com a África do Sul, único Estado da região com capacidade econômica para servir de motor no esforço de integração regional. A África do Sul encarou a SADCC como uma clara ameaça, pois, para além de pôr em causa o Projeto sul-africano de Constelação de Estados, visava reduzir a dependência dos seus membros face a economia sul-africana. A existência dessa dependência era considerada por Pretória como uma forma de garantir o controle da região. Os Estados membros pretenderam fugir desse controle e combater a sua influência. Perante isso, a reação sul-africana foi clara oposição à organização, a qual se traduziu numa campanha de agressão militar e desestabilização dos estados na região.

A África do Sul projetou-se na região não como um aliado, mas sim, como um inimigo, claro exemplo de desunião na medida em que o seu poderio era opressor não apenas na esfera econômica, mas também, do ponto de vista político e militar, fornecendo suporte a organizações e guerrilhas anticomunista ou até mesmo intervenções diretas como no caso de Angola e Moçambique.

Durante o Apartheid, a África do Sul apoiou-se numa política que externamente, estava condicionada à bipolaridade do sistema internacional e às suas projeções no subcontinente e, internamente, à manutenção do regime. A manutenção do regime extrapolou os padrões aceitáveis e inseriu o país na contramão da história o que foi severamente criticado no plano internacional. A África do Sul se viu isolada política e economicamente no sistema internacional. Haja vista o fato de que, desde 1946, já havia iniciado no seio das Nações Unidas, pressão internacional contra Pretória no que se refere ao Apartheid e Sudoeste africano.

Desta feita, numa conjuntura marcada pelo fim da Guerra Fria conjugado com as dificuldades políticas, econômicas e militares estabelecida pelo total isolamento internacional e regional, pelas sanções econômicas impostas pelas nações ocidentais, pelo surgimento da consciência negra e suas respectivas organizações conduziram à crise da África do Sul do Apartheid a partir do meado da década de 1980.

Concomitantemente, se dava a ascensão de Nelson Mandela ao poder em 1994 sob a égide do Congresso Nacional Africano (CNA). A política externa sul-africana a partir de 1994 refletiu as mudanças nas condicionantes internas e externas. Destaca-se, primeiramente, a ênfase na reconstrução da África do Sul, de acordo com o projeto delineado no *Reconstruction and Development Programme* (RDP). Este programa possuía também, uma dimensão regional, partindo do princípio de que a África do Sul não poderá se desenvolver isoladamente de seus vizinhos. Assim, nascia uma nova África do Sul que articulou uma nova política no plano regional, onde o país se tornou o protagonista da integração regional. O fim do Apartheid possibilitou criar as bases para integração política e econômica na região, permitindo uma maior estabilidade social e diplomática, bem como uma inserção internacional menos onerosa desta região.

A partir de então a África do Sul aderiu a SADCC, transformado-a em 1992 em *Southern African Development Community* (SADC), que por sua vez, passou a ter atribuições mais concretas. Essas atribuições serão discutidas na próxima seção. Pretória procurou desenvolver ações no sentido de ampliar o espaço regional buscando aumentar a sua capacidade de projetar-se hegemonicamente.

A SADC ampliou o número de países participantes atingindo atualmente 15 Estados-membros¹³ e parte de uma concepção desenvolvimentista de integração sub-regional, buscando soluções conjuntas para problemas comuns tais como, o tráfico de armas, o que gera a necessidade de estabelecer cooperação regional em matéria de segurança, a proliferação do HIV/AIDS e os grandes fluxos migratórios na região (VISENTINI; PEREIRA, 2010, p. 68). A África do Sul passou a desenvolver uma série de programas de cooperação para a geração e distribuição de energia elétrica na África Austral e para a coordenação de produção açucareira regional. Nesse sentido, a SADC tem sido priorizado pelo governo de Pretória como instrumento de integração regional.

Em agosto de 2008 a África do Sul assumiu a presidência da SADC, ano em que foi lançada a Área de Livre Comércio, com o propósito de eliminar as tarifas comerciais entre os

¹³ “São Estados-Membros da SADC os seguintes países e cada um com sua função: África do Sul, finanças e investimentos; Angola, energia; Botsuana, produção animal e agrária; Lesoto, conservação da água, do solo e turismo; Malauí, floresta e fauna; Maurício (sem função específica); Moçambique, transporte, cultura e comunicações; Namíbia, pesca; Suazilândia, recursos humanos; Zâmbia, minas; Zimbábue, segurança alimentar. A Tanzânia, a República Democrática do Congo, Seychelles e Madagascar aderiram posteriormente ao bloco” (VISENTINI, 2010, p. 122)

Estados-Membros, aprofundando, dessa forma, a integração regional. O ano de 2009 marcou a criação de uma união Política que entraria em vigor em 2010.

A integração regional na África Austral tem sido facilitada pela reconfiguração da região, onde as ferrovias foram reconstruídas e reabertas, instalações portuárias foram recuperadas e modernizadas favorecendo os fluxos regionais. Existe a necessidade de se criar um desenvolvimento sustentável para estabilizar as zonas pós-conflitos, as quais sofrem grave degradação ambiental, exaustão de recursos naturais, sobretudo, água e floresta, e o deslocamento de população. Também, o estabelecimento de reservas naturais transfronteiriças onde anteriormente havia uma lógica de segurança como na fronteira entre a África do Sul e Moçambique para conter a infiltração de guerrilheiros. A implantação de reservas ambientais é uma tendência que se afirma entre os países membros da SADC.

Esses imperativos têm gerado um clima propício à cooperação/integração na África Austral que tem assumido uma postura de três vias, a saber: Desenvolvimentista, buscando uma interdependência regional equitativa para o desenvolvimento, Cooperação via mercado, que visa reduzir às tarifas alfandegárias e remover barreiras às atividades econômicas entre os Estados e, a Cooperação econômica regional do tipo ad hoc, ou cooperação por projetos ou funcional baseada em acordos bilaterais e projetos específicos.

3.2 Principais objetivos e desafios da SADC

Como abordado anteriormente, a SADC emergiu com novas expectativas, alterando a sua ideologia política e os objetivos a serem alcançados. A SADC foi estabelecida por meio de um tratado em 1992, segundo o qual, objetiva melhorar as habilidades técnicas e administrativas dentro da região, e para tal, estipula uma série de protocolos voltados para uma maior integração. Dentre os protocolos destacam-se o do comércio, energia, educação e turismo.

O protocolo do comércio se manifesta como um dos mais significativos e os seus objetivos são: liberalizar ainda mais o comércio intra-regional de bens e serviços, com base em acordos de comércio justos, mutuamente equitativos e benéficos, complementados por protocolos em outras áreas (como o de energia), para garantir uma produção eficiente dentro da SADC, refletindo as atuais e dinâmicas vantagens comparativas de seus membros; contribuir para melhorar o clima de investimentos domésticos entre fronteiras e estrangeiros; intensificar o desenvolvimento econômico, a diversificação e a industrialização da região; e,

por último, intensificar o processo de integração regional através do aumento do comércio intra-regional (LOPES, 2002). Algumas disposições deste protocolo são o comércio de bens e serviços particularmente às regulamentações de origem e os procedimentos alfandegários. Com relação ao comércio de bens, o objetivo é a eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio intra-regional.

A SADC almeja alcançar de forma profunda e ampla a integração entre os Estados membros, indo além de uma cooperação em nível setorial buscando mais dinamismo e convergência, mas, também, a integração em áreas como política monetária e fiscal, taxa de câmbio e regimes de comércio e o movimento irrestrito de capital e trabalho e, de bens de serviço.

Destarte, os seus objetivos são: alcançar desenvolvimento e crescimento econômico, aliviar a pobreza, aumentar o padrão e a qualidade de vida dos países da África Austral e dar apoio aos socialmente desamparados, por meio da integração regional; desenvolver valores, sistemas e instituições de políticas comuns; promover e defender a paz e segurança; promover o desenvolvimento sustentado a partir da autoconfiança coletiva e da interdependência dos Estados membros; alcançar a complementaridade entre estratégias e programas nacionais e regionais; promover e maximizar o produtivo emprego e a utilização dos recursos da região; alcançar o uso sustentável dos recursos naturais e a efetiva proteção do meio ambiente e fortalecer e consolidar as antigas afinidades históricas, sociais e culturais e os elos entre os povos da região. (LOPES, 2002; VISENTINI, 2010).

Desse modo, para que esses objetivos sejam perfeitamente atingidos, o tratado requer que os Estados membros da SADC¹⁴: harmonizem as políticas e planos políticos e socioeconômicos; encorajem os povos da região e suas instituições a tomarem iniciativas para desenvolver laços econômicos, sociais e culturais por toda a região e participem plenamente na implementação de programas e projetos da SADC; criem instituições e mecanismos apropriados para a mobilização dos recursos necessários à implementação dos programas e projetos da SADC e suas instituições; desenvolvam políticas que objetivem a progressiva eliminação de obstáculos à livre movimentação de capital e trabalho, bens e serviços, e dos povos da região entre os Estados membros; melhorem a administração e o desempenho

¹⁴ A SADC conta com uma estrutura administrativa composta pela Cúpula de Chefes de Estado, o Conselho de Ministros, o Comitê Permanente de Antigos Oficiais e uma Secretaria, chefiada por um secretário executivo. A Secretaria tem a responsabilidade de administrar questões relativas à organização, bem como à implementação de decisões tomadas pelo Conselho e pela Cúpula.

econômico por meio da cooperação regional; promovam o desenvolvimento, a transmissão e o domínio da tecnologia; promovam a coordenação e a harmonização das relações internacionais dos Estados membros; garantam o entendimento, a cooperação e o apoio internacional, mobilizem o influxo de recursos públicos e privados na região e desenvolvam outras atividades que os Estados membros decidirem, em apoio a esse tratado (LOPES, 2002).

Apesar do otimismo em alcançar tais objetivos a SADC enfrenta vários desafios, nomeadamente, a adesão e liderança da África do Sul, as dificuldades próprias da África Austral, a hierarquização dos seus objetivos e a implementação da Área de Livre Comércio. Existe uma grande disparidade da África do Sul em relação a outros países da SADC que se manifestam em termos do PIB, do comércio, na estrutura da economia, na construção de infraestruturas básica e nos níveis de desenvolvimento econômico.

África do Sul sai do papel de adversário para o de liderança quase natural, constringendo e criando gargalos no andamento da SADC. A sua proeminência torna impossível que outro líder se destaque, haja vista, os sérios problemas com Robert Mugabe presidente de Zimbábue, e a insegurança com a formação de um núcleo preponderante da África Central composto por Angola, Zimbábue e Botswana, que refletia um polo de poder alternativo à sua liderança. Outro fato está inerente à região onde as disparidades não ocorrem apenas entre a África do Sul e os demais países, mas também, entre os outros membros da SADC. A persistência do modelo econômico colonial onde estes países continuam basicamente exportando bens primários para a Europa ou para África do Sul, também representa um entrave à necessária diversificação de parceiros principalmente no âmbito regional (SANTOS, 1999).

Segundo TORRES (1998) os principais obstáculos que se põe ao processo de integração na África estão relacionados com as características dos Estados rendeiros, em que não existe a complementaridade de produção indispensável ao funcionamento de um mercado regional. O autor argumenta que as dificuldades do processo de integração na África são á semelhança de outras regiões do Terceiro Mundo.

Em primeiro lugar, ele diz que os países em desenvolvimento negociam muito pouco uns com os outros e concentram as atividades do comércio com os países desenvolvido do exterior. Em segundo lugar, em se tratando da mesma mercadoria a ser produzida na área integrada, é difícil estabelecer um acordo sobre quem vai produzir o quê. Em terceiro, as reduções de tarifas são difíceis para os países que têm uma balança de pagamento negativa e

que precisam das receitas alfandegárias. E por último, o autor aponta o problema dos ganhos e perdas entre vários países, sobretudo quando os países do grupo têm níveis de desenvolvimento diferente.

Paralelamente as questões econômicas a região possui enormes desafios políticos que dificultam o projeto regional. Importante enfatizar que grande parte dos sistemas políticos nacionais são autocráticos e instáveis. Outro grupo de desafios da SADC refere-se aos seus objetivos, incluindo a sua definição inequívoca. Existe uma dispersão de objetivos e meios, assim como a falta de capacidade (estrutural, logística, financeira e mesmo política) de implementá-los.

Por outro lado, com o propósito de aprofundar a integração, a SADC aceita novos membros, o que implica em dificuldades cada vez maiores e mais variadas para integração. A implementação da Área de Livre Comércio impõe inúmeras dificuldades. A esmagadora maioria dos países depende dos recursos das alfândegas para obtenção de moeda estrangeira, fonte que será minguada quando as tarifas foram implementadas. Por seu turno, questões aparentemente técnicas podem ser fatais, como o caso de regra de origem numa situação de fronteiras porosas, alfândegas ineficientes e níveis consideráveis de corrupção.

No entanto, num mundo globalizado, os objetivos da SADC devem ser buscados com infalível determinação, administrando e atenuando essas disparidades mantendo uma forte vontade política na implementação de projetos.

3.3 Importância da SADC para o desenvolvimento sócio-econômico dos Estados-membros

Quando a SADCC foi fundada, o seu slogan era África Austral: rumo à libertação econômica, cujo propósito era promover a cooperação econômica. Porém, entretanto, após a sua reestruturação e transformação em SADC, o slogan passou a ser, SADC: um futuro comum dentro de uma comunidade regional almejando o bem estar econômico, aumento da qualidade de vida, liberdade, justiça social, paz e segurança dos povos da África Austral. Para tanto, os seus objetivos foram ampliados e se tornaram mais complexos.

Conquanto, a sua agenda política passou a integrar novos temas como, por exemplo, a segurança regional (prevenção, gestão e resolução de conflitos), como condição para se atingir demais objetivos. Pois, só garantindo a paz e a estabilidade política se criará um clima favorável à boa execução dos projetos. Com esse propósito foi assinado em agosto de 2001

entre os países membros da SADC o Protocolo para Cooperação nas Áreas de Política, Defesa e Segurança, representando um instrumento jurídico para a promoção da paz e segurança na região¹⁵ (MBEBE, 2010).

Ressalta-se que o surgimento e estabelecimento da SADC foram determinados por alguns fatores tanto internos como externos. A nível interno, na África Austral, o processo de descolonização, o fim do Apartheid, a democratização, a resolução de conflitos e a adesão da África do Sul em 1994. Este último foi primordial para sua reestruturação. E a nível externo, a reorientação política e econômica ocorrido no mundo com o fim da Guerra Fria. Essa reestruturação representou um esquema de integração econômica tendente a aumentar o comércio intra-regional com olhos virados para o estabelecimento de um mercado comum, ajudando os países a enfrentarem os constrangimentos impostos pela ordem econômica internacional, numa perspectiva eficaz de cooperação e integração da região.

Para a realização dos seus objetivos a SADC tem no seu bojo um conjunto de programa para a região, particularmente no desenvolvimento de infraestrutura, no âmbito dos transportes, comunicações, energia, infraestrutura de águas fronteiriças, e a infraestrutura de turismo. Essas infraestruturas são fundamentais para a promoção do livre comércio, a proeminência da capacidade produtiva e eficiência da região, a fácil circulação de pessoas e ao investimento. O acesso à matéria-prima e o acesso aos mercados de produtos acabados a custos econômicos e acessíveis, constituem os elementos necessários para as empresas serem competitivas, se a região quiser erradicar a pobreza na base de um crescimento orientado pelas exportações.

As comunicações, o fornecimento de energia a custos reduzidos, o abastecimento de água economicamente viável, e o saneamento são os ingredientes essenciais para a região estimular o crescimento e atingir os objetivos de desenvolvimento econômico. Bem como disse o Presidente da República da África do Sul e Presidente da SADC, Jacob Gedleyihlekisa Zuma (2009):

¹⁵ Estabilização militar a nível nacional pode ser melhor alcançada por uma instituição de defesa adequada e acessível com uma firme postura de defesa. Além disso, as estruturas militares devem evitar contribuir para o agravamento do já existente ou potencial conflito civil. O estabelecimento de defesa adequada é aquela que serve a sociedade de forma adequada. Em uma região onde o legado do colonialismo tem frequentemente distorcido o desenvolvimento de organizações militares, as nações não devem imitar estruturas estrangeiras, mas sim construí-los de acordo com o caráter da nação e as habilidades de seu povo. Além disso, se os objetivos de uma nação incluem renovação econômica, a democracia, a harmonia social e cooperação internacional as normas e cultura da instituição militar deve refletir e reforçar essas metas. (CONETTA; KNIGHT; UNTERSEHER, 1996, tradução nossa).

O ano em que a África do Sul ocupou o cargo da Presidência da SADC foi repleto de muitas experiências maravilhosas e desafios. O desenvolvimento das infraestruturas ocupou um lugar preponderante. As nossas decisões e ações transmitem a mensagem que nós consideramos este assunto seriamente a nível regional. A África do Sul, através dos seus esforços em defender a aceleração do desenvolvimento das infraestruturas na região da SADC, estabeleceu um Grupo de Ação e comitês temáticos para trabalhar estreitamente com o Secretariado e os Estados-membros participantes no âmbito de vários projetos¹⁶ (SADC, 2009, p. 4)

Nesse sentido, a disponibilização de infraestrutura regional é a chave para a região da SADC alcançar alguns dos objetivos anunciados no Tratado, principalmente aqueles relacionados com o crescimento econômico, a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a otimização do emprego produtivo.

Foi criado o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) com objetivo de coordenar e providenciar uma rede de infraestruturas regionais integradas, rentáveis e eficientes, que incluem os setores de energia, água, telecomunicações, turismo e transporte.

No setor de energia o programa tem como objetivo assegurar a disponibilidade de serviços de energia em quantidade suficiente e ao mais baixo custo, eliminando o déficit e escassez de energia na região. O desenvolvimento das infraestruturas no setor da energia exige a expansão da capacidade de produção de energia, através de construção de centrais hidroelétrica, centrais térmicas, centro de acumulação por bombagem e centro de transmissão e, a construção de linhas de transporte para facilitar a interligação regional através de instalação de interconectores. Vários projetos foram implementados para fazer a conectividade regional de energia: quais sejam. Projeto de interligação Zâmbia- Tanzânia- Quênia; projeto de interligação Moçambique-Malawi; Projeto de interligação Zimbábue-Botsuana-Namíbia; projeto de linha dorsal de transporte de energia em Moçambique e o projeto Westcor. (SADC, 2009; Relatório Comissão da União Africana, 2011).

No que se refere ao setor de água, foi implementando o Projeto de Gestão da Falta de Água no Subsolo (GDMP). Este projeto tem como meta desenvolver, até 2015, as infraestruturas hidráulicas necessárias para duplicar a superfície de terra sob irrigação e

¹⁶ Tais projetos são: Cinco Programas de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial incluindo os Corredores Centrais, Mtwara, Nacala, Beira e a Bacia Hidrográfica do Congo; O Projeto Westcor; O Projeto de Infraestrutura de Banda Larga do NEPAD; O Desenvolvimento das Infraestruturas no âmbito do Projecto TFCA 2010; O Projeto de Abastecimento de Água e Saneamento de Lubumbashi (SADC, 2009, p. 3).

reduzir pela metade a proporção da população sem acesso a água potável e ao saneamento. O projeto visa à promoção do desenvolvimento de infraestruturas hidráulicas estratégicas, incluindo a reabilitação e a expansão das instalações existentes, a criação de novas instalações, o programa regional de abastecimento de água e saneamento e, estudos de pré-viabilidade dos projetos de infraestruturas regionais estratégicas.

A melhoria da infraestrutura hidráulica tem como objetivo providenciar água para: irrigação, visando aumentar a produção de alimentos e garantir a segurança alimentar; a segurança energética; o abastecimento de água e saneamento; e, mitigar os impactos das alterações Climáticas (cheias e secas) (SADC, 2009; RISDP, 2008).

Quanto ao setor de telecomunicações, como forma de assegurar o desenvolvimento das redes de telecomunicações nacionais que sejam eficazes e a preços aceitáveis proporcionando serviços adequados de alta qualidade, tanto na interconectividade regional como a nível mundial, foi implementado o sistema de cabo submarino EASSy que tem como base a arquitetura de “*collapsed*” que providencia um elevado grau de solidez, elevada confiança e baixa perda de comunicação. Este projeto visa ligar todos os Estados membros através de vários sistemas de cabo submarino com o estatuto de sistema de fibra de banda larga. Foi implementado também a rede de banda larga da NEPAD, além do projeto para melhorar a infraestrutura regional de informação da SADC como, por exemplo, cabo de conectividade inter-estatal de fibra ótica.

No setor de turismo, a SADC incentivou a harmonização de políticas, legislação e normas que possibilitassem a implementação do visto único, concebido nos moldes do visto Schengen, para facilitar a circulação inter-regional removendo as restrições de vistos e harmonizar o processo de migração e, facilitar a circulação de turistas internacionais na região. Outrossim, criou-se um espaço propício para aumentar a competitividade da região atraindo investimento e estimulando o crescimento de iniciativas do setor privado. A SADC almeja promover a qualidade e padronização de serviços e de infraestrutura da indústria do turismo através da classificação de hotéis, alojamentos e outros estabelecimento. Incentivou-se a criação de Áreas de Conservação Transfronteiriças para a conservação da biodiversidade (conservação e gestão da fauna). Em 2010 foi lançada a Estratégia de Turismo 2010, que previa o acolhimento e a promoção conjunta do turismo durante a copa mundial na África do Sul (RISDP, 2008).

Para o setor de transporte, o programa abarca os transportes, rodoviário, ferroviário, os portos e as vias navegáveis, marítima e fluvial e o transporte aéreo. Na área do transporte rodoviário as ações estiveram na construção de uma rede de corredores (construção de estradas e pontes regionais). Nesse sentido, destaca-se a construção da Ponte de Kuzungula localizado entre Botsuana e Zâmbia através do rio Zambeze, para ligar as regiões ricas em minérios da Zâmbia e da R.D do Congo ao Botsuana e ao porto de Durban na África do Sul.

No que se refere ao transporte ferroviário, os esforços estiveram na construção e reabilitação das linhas férreas. Em Moçambique procedeu-se à reabilitação da linha de Sena a partir do porto da Beira para fazer a ligação com as minas de carvão de Moatize. Já em Angola, no âmbito dos projetos “angloferro” desenvolveu-se a reabilitação da rede ferroviária, com o propósito de recuperar e modernizar a infraestrutura para a bitola “Cape Gauge”, interligando os três sistemas nacionais e, fazendo a ligação com todos os países vizinhos (Namíbia, Zâmbia e R.D Congo). O Lesoto e a África do Sul analisam a viabilidade de construir uma linha férrea ligando a parte oriental e a ocidental de Lesoto ao sistema de linha férrea de mercadoria Transnet (SADC, 2009; RISDP, 2008).

Em termos de transporte marítimo, priorizou-se o fortalecimento da segurança dos navios nos portos (combate e eliminação da pirataria) e a construção do Canal Shire-Zambeze que favorecerá Malawi, Zâmbia e Zimbábue. No transporte aéreo, foi criado o Programa Regional de Segurança da Aviação Civil para garantir a liberalização e segurança do tráfego aéreo (política de Céu Abertos). O desenvolvimento do setor dos transportes visa apoiar o estabelecimento da Zona de Livre Comércio (2008), em seguida a União Aduaneira (2010), e por fim, do Mercado Comum (2015).

4 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO NA ÁFRICA: A NEPAD

A NEPAD é um documento oficial adotado pelos chefes de Estado e de governos da União Africana, e representa um programa de desenvolvimento abrangente e integrado, abarcando as prioridades sociais, econômicas e políticas. Foi instituído na 37ª Sessão da Assembleia de Chefes de Estado e de Governos africanos em outubro de 2001.

Os últimos decênios do século XX representaram um momento de grande turbulência para o continente africano, marcado por guerras sanguinárias, pobreza crescente, dependência econômica externa, fraca produtividade, doenças e repressões políticas. Esses fatores se associaram ao emergir do afropessimismo generalizado determinando a sua marginalização perante a comunidade internacional. Mas apesar disso, os esforços dos países africanos em sair da situação precária em que se encontram tem sido assinalável, embora nem sempre traduzido em avanços reais.

Neste contexto, o início do século XXI inaugura uma nova fase para o continente em que esses esforços têm se refletido em iniciativas concretas e com mais responsabilidade, superando o grau marginal ao qual o continente foi submetido. De fato, tem se observado a construção e reivindicação da autonomia decisória através da vontade política em orientar as energias para projetos mais produtivos que tem permitido a modificação dos indicadores sociais e econômicos.

Entre os mais interessantes destes esforços podemos realçar a NEPAD (*New Partnership For Africa's Development/ Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano*). Uma iniciativa sedimentada política, ideológica, e culturalmente nas bases da sociedade africana e expõe convicções elevadas acerca do novo papel da África no mundo no início do século XXI. Segundo DIALLO (2006):

A NEPAD é uma promessa feita pelos líderes africanos, baseada numa visão comum e numa convicção firme e compartilhada de que eles têm a missão urgente de erradicar a pobreza e colocar os países, individual e coletivamente, na via de crescimento e de desenvolvimento duradouros, participando ativamente na economia e na vida política mundiais.” O Programa é igualmente, baseado na determinação dos africanos de se livrarem a si próprios e o continente dos males do subdesenvolvimento e da exclusão num mundo globalizado (p. 25).

Para tanto, a NEPAD tem como seu eixo transversal a democracia, instrumento fundamental para promover a cidadania, a tranquilidade social, a consolidação do Estado de direito democrático, o

respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, bem como para engendrar a adequada gestão econômica no continente. As lideranças africanas estão engajadas no envolvimento societal, na inclusão do povo no processo, na promessa de que afinal, a promoção da paz, da estabilidade, da democracia e do trato econômico eficiente sejam as marcas de uma nova África.

Neste capítulo se propõe uma análise sobre a NEPAD, destacando os fundamentos que estiveram na base da sua criação, os argumentos que utiliza para atingir os seus objetivos, e por fim, analisa-se em que medida a NEPAD representa um instrumento para se alcançar o desenvolvimento sustentável do continente africano.

4.1 Surgimento da NEPAD: abordagem histórica

O surgimento da NEPAD reflete a nova vontade política dos dirigentes africanos de vencer os desafios colocados pelos efeitos da globalização, permitindo que o continente não só alcance uma participação mais ativa no contexto mundial, como também, resolva os problemas do subdesenvolvimento.

O mundo caracterizado pela globalização tem sido palco de um conjunto de revoluções, particularmente econômica, onde os avanços das tecnologias de informação e da comunicação reduziram o custo de transação aumentando a velocidade das comunicações, abolindo barreiras do tempo e do espaço, atingindo todos os aspectos da vida social e econômica. Naturalmente, essa revolução permitiu a integração dos sistemas nacionais de produção e das finanças conduzindo ao crescimento exponencial dos fluxos transnacionais de bens, de serviços e capitais (DIALLO, 2006).

A integração dos sistemas nacionais de produção e a alta mobilidade de capitais providenciaram um sistema de competitividade nos mercados mundiais aumentando os custos para países que são incapazes de assegurar uma concorrência real. O conjunto dos países do continente africano suportaram esses custos de forma desproporcional. Enquanto os países desenvolvidos e industrializados aproveitam as oportunidades postas pela globalização criando e aumentando a sua riqueza, adquirindo conhecimento, competência e melhorando o acesso às mercadorias e serviços, a África assistia a isso passivamente, apenas contribuindo com o seu patrimônio ambiental e natural (matérias-primas e mão-de-obra barata).

Esta situação denota que a integração da economia mundial não estabelece regras justas e iguais, na medida em que os mais fortes promovem seus interesses em detrimento dos mais fracos, sobretudo, na área do comércio, das finanças e da tecnologia. Assim sendo,

esse processo limitou a capacidade dos países subdesenvolvidos controlarem e articularem seu próprio desenvolvimento, conduzindo-os a marginalização e exclusão no sistema mundial. A África é um exemplo típico nesse processo, sendo que as fragilidades estruturais e o fracasso dos seus líderes impediram a mobilidade e a utilização eficazes dos magros recursos em áreas indispensáveis para atrair e facilitar os investimentos locais e estrangeiros, enfraquecendo a sua capacidade de participar no processo de globalização.

O continente africano foi caracterizado pela ausência de projetos credíveis de desenvolvimento capazes de assegurar o seu progresso. A África teve como herança do colonialismo, Estados fracos e economias disfuncionais que foram agravados ainda mais por uma liderança fraca, pela corrupção e pela má-governança, o que desabilitou e míngua o desenvolvimento de governos responsáveis em todo continente.

Nesse contexto, a NEPAD foi implementada com o objetivo final de tirar o continente das amarras do subdesenvolvimento e da marginalização crescente (DIALLO, 2006). A criação da NEPAD marca o renascimento do continente africano e está centrada nos ideais do Pan-africanismo. Representa a necessidade de se adotar medidas urgentes de forma a colocar o continente no caminho do desenvolvimento econômico, político e social. Representa igualmente, a harmonização de ideias de diferentes regiões do continente africano e traduz-se numa maior integração a nível continental de forma mais equilibrada procurando gerir divergências estratégicas pessoais dos líderes africanos.

No entanto, a NEPAD é um projeto muito abrangente e ambicioso, uma vez que propõe a reconstrução da África, dotando os países de todos os mecanismos e infraestruturas necessárias para o desenvolvimento. A NEPAD deriva diretamente de três programas anteriores: o Programa do Ajusto africano para o Milênio (MAP) do presidente sul-africano Thabo M'Beki o Plano Omega, do presidente senegalês Abdoulaye Wade, com apoio do argelino Abdelaziz Bouteflika, do nigeriano Olesgun Obasanjo e do egípcio Hosni Mubarak e, o Compact for African Recovery, preparado pelo secretário executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para África, K Y Amoako.

Os dois primeiros planos foram fundidos ou reunidos, resultando em a Nova Iniciativa Africana (NIA) que transformou e se tornou oficialmente em a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) em outubro de 2001, durante o encontro dos chefes de Estado africanos em Abuja na Nigéria, (DIALLO, 2006; GALLAS, 2007).

Desta feita, a NEPAD vem reforçar a determinação dos africanos de livrarem a si próprios e o continente dos males do subdesenvolvimento e da exclusão, num mundo globalizado, onde os líderes africanos estão adotando uma agenda para a renovação do continente. Esta agenda se baseia nas prioridades e planos de desenvolvimento nacionais e regionais que deve ser elaborada através de um processo que envolve a participação das populações. Por outro lado, esta agenda estabelece um novo quadro de interação com o resto do mundo, incluindo os países industrializados e as organizações multilaterais (DIALLO, 2006).

De acordo com GALLAS (2007) a interação com os países ricos e industrializados é fundamental, pois não seria possível fundar a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África sem as novas parceiras para o desenvolvimento africano. Nesse sentido, a NEPAD propõe um modelo que funcione com a formação de grupos doadores de recursos que por um determinado período patrocinem projetos de desenvolvimento em determinados países ou regiões africanas, com objetivo de gerar a curto prazo investimentos estrangeiros direto. Esses investimentos ou recursos seriam controlados através de um monitoramento das atividades patrocinadas e por um mecanismo de “*peer review*” na qual os doadores de recursos contariam com a submissão voluntária dos governos africanos para a revisão periódica de grupos de auditoria que avaliariam o grau de transparência e governança dos processos. Inicialmente, a NEPAD requeria um investimento de US\$ 64 bilhões e conta com o apoio essencialmente dos países do G8 (DIALLO, 2006).

Ressalta-se que a criação e a aceitação da NEPAD estiveram diretamente relacionadas com a reorientação da política externa sul-africana após o Apartheid. Essa reorientação se deu a partir da conjugação de quatro fatores, quais sejam, a ascendência da figura de Nelson Mandela no cenário internacional, a maior participação do CNA no processo de tomada de decisão e a participação de outros atores civis e, a restauração da burocracia.

A ascensão de Nelson Mandela está consubstanciada na sua luta contra o Apartheid, considerado pai da nova África do Sul, ao convencer seus compatriotas a abandonarem a luta violenta e a buscar reconciliação. Mbeki, herdeiro direto de Mandela foi apontado por ele pessoalmente para ocupar a vice-presidência. Em 1999 quando Mbeki foi aclamado pelo CNA como presidente herdou uma estrutura política que favorecia as decisões tomadas pelo chefe do executivo. O novo presidente manteve intacta a imagem austera e engajada de Mandela, conquistando adeptos dentro da África do Sul e no exterior.

O transito internacional de Mbeki entre os líderes de países ricos e industrializados e seu discurso voltado para a democracia e para a boa governança, que contrastava com a situação de muitos países africanos, mantiveram forte a figura do presidente sul-africano como porta-voz da política externa não só da África do Sul, mas também, do continente. Na verdade, o seu conceito de renascimento africano suscitou e culminou na criação da NEPAD, que explicitamente se tornou uma iniciativa de chefes de governos africanos, tentando, assim, recuperar a legitimidade dos Estados e dos seus dirigentes de conceituar e dominar o processo político e o discurso da inserção internacional (DOPCKE, 2002; GALLAS, 2007).

No plano internacional Mbeki conseguiu manter em certa medida a influência internacional e a ascendência de Mandela, e no plano interno precisava do apoio do Parlamento, cujo controle do CNA só aumentou no pós-Apartheid. Em 1999 o controle do CNA sobre o Parlamento cresceu de 63% para 66%, atingindo 69% nas eleições parlamentares conquistando 279 vagas¹⁷. O CNA se mostrou unido em relação à estratégia do governo para atacar o problema africano e mobilizou total força para a sua implementação.

Se por um lado a visão do CNA foi quase consensual sobre a NEPAD, por outro lado, o programa inicialmente encontrou resistência entre os atores da sociedade civil, particularmente do *Congress of South African Trade Unions*- COSATU, maior entidade sindical do país e do Partido Comunista¹⁸ (GALLAS, 2007). Todavia, posteriormente, em um encontro com Mbeki o secretário-geral do COSATU apresentou um novo discurso dos sindicatos com relação à NEPAD¹⁹.

¹⁷“Segundo Hughes, os antecedentes do Renascimento Africano e do NEPAD já eram definidos dentro do CNA muito antes do lançamento do programa. Pois em termos de definição da agenda de relações internacionais, o congresso do partido de 1997 colocou como prioridades os desafios da globalização, das reformas das instituições multilaterais (em especial o Conselho de Segurança da ONU, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial) e o desenvolvimento da África e da África Subsaariana. De interesse especial, o congresso do CNA notou que a visão de um Renascimento Africano, como desenhada pelo relatório do então presidente do partido [Thabo Mbeki] formaria uma plataforma central para o desenvolvimento do continente. Essa colocação, já em 1997, era percussora do NEPAD” (GALLAS, 2007, p. 64).

¹⁸“COSATU atacou o programa por ser orientado para fins neoliberais, como a atração de investimento estrangeiro direto e crescimento baseado em exportações. O Partido Comunista e outros sindicatos também desafiaram o presidente Mbeki e seu famoso plano de renascimento para o continente, classificando a NEPAD como notoriamente vago e essencialmente uma parceria entre a elite do continente e o acidente”.

¹⁹“Durante o seu pronunciamento no 7º Congresso Nacional da entidade o secretário-geral do COSATU assinalou: Nós concordamos que enquanto é necessário ter uma iniciativa de desenvolvimento continental, os programas na NEPAD precisam ser fortificados. Acima de tudo, as propostas sobre governança precisam garantir uma democracia participativa, dando voz à maioria, o que inclui os trabalhadores organizados. E a proposta sobre a economia precisa estabelecer formas de fortalecer o poder dos trabalhadores e dos pobres, em vez de tentar apenas facilitar os investimentos privados e estrangeiros. Em nosso encontro em Durban, há duas semanas, o presidente Mbeki respondeu às nossas preocupações concordando com um processo de engajamento que, esperamos superar as nossas desconfianças sobre os programas da NEPAD e estabelecer estratégias que realmente beneficiarão nosso povo em todo o continente” (GALLAS, 2007, p. 66).

O último fato que marcou a política externa da África do Sul e consequente criação da NEPAD foi à restauração da burocracia de Estado fazendo com que o programa não sofresse qualquer tipo de resistência das instâncias que respondem diretamente pela política externa, que são o *Department of Foreign Affairs* e o *Department of Defense*. Por outro lado, os escândalos envolvendo o vice-presidente Jacob Zuma levou Mbeki a demiti-lo do cargo tendo forte repercussão sobre a NEPAD, visto que um dos pilares do programa era justamente a boa governança e o combate à corrupção.

Assim, conclui-se que os quatro fatores estimularam a adoção ou formalização da NEPAD sintetizando a imagem sul-africana projetada internacionalmente por Mandela e o discurso de desenvolvimento econômico com igualdade racial e respeito aos direitos humanos.

4.2 NEPAD, autonomia, democracia, e boa governança

Os princípios basilares que a NEPAD utiliza para atingir o seu objetivo final- colocar a África no cenário da nova ordem mundial- são, autonomia decisória, democracia e boa governança. Esses princípios devem caminhar juntos e de forma coordenada para que se possa prospectar o desenvolvimento econômico e social.

A formulação da NEPAD representa a conquista da autonomia dos países africanos conduzindo ao fim do ciclo de ingerência no âmbito do espaço político doméstico dos Estados, favorecendo um melhor diálogo nas relações intra-africanas. Essa autonomia tem propiciado maior possibilidade da decisão no controle, gestão e resolução dos problemas internos nacionais, promovendo melhorias na esfera econômica, política e social. Tem permitido o fortalecimento do estado democrático e as responsabilidades políticas e maior inclusão social. Entretanto, o estabelecimento/fortalecimento do estado democrático permitiu institucionalizar um governo da maioria associados aos direitos individuais e das minorias. Todas as democracias, embora respeitem a vontade da maioria, protegem escrupulosamente os direitos fundamentais dos indivíduos e das minorias.

O número dos líderes democraticamente eleitos conhece aumentos significativos. Mediante suas ações, eles declararam que as expectativas dos povos da África por uma vida melhor jamais deverão depender da magnanimidade dos outros.

Em todo o continente, a democracia está a propagar-se, com o apoio da União Africana que manifestou uma nova determinação de resolver os conflitos e censurar os desvios de normas. Estas iniciativas são reforçadas pelas vozes da sociedade civil, incluindo as associações das mulheres, jovens e os órgãos de comunicação independentes. Ademais, os governos africanos estão mais do que nunca, determinados a realizar os objetivos regionais e continentais de cooperação econômica e integração.

Nesse contexto, falar de governança envolve um conceito multidimensional que integra fatores de várias ordens, quais sejam, de ordem política, ideológica, econômica, social, cultural e ética. Então, a boa governança representa um conjunto de práticas públicas que permite garantir um comportamento democrático responsável e a oportunidade para os cidadãos expressarem suas capacidades de controle sobre as práticas de instituições públicas. A boa governança deve comportar os seguintes elementos: um Estado efetivo, uma sociedade civil mobilizada e um setor privado eficaz.

Requer também a obrigação de prestação de contas, a transparência, o combate à corrupção, a gestão participativa e um quadro jurídico e judiciário favorável. A boa governança integrou no seu conteúdo os valores democráticos e políticos contribuindo para uma dimensão de justiça social assegurando, dessa forma, um verdadeiro desenvolvimento humano. De modo geral, a boa governança representa um modelo de exercício da autoridade imparcial, transparência dos negócios públicos, fundado na legitimidade.

A NEPAD destacou três dimensões de governança; a governança política, a governança econômica e empresarial e a paz e segurança. Com fim de assegurar à boa governança nas áreas indicadas, foi implementado um mecanismo de avaliação dos pares (*African Peer Review Mechanism*) cujo objetivo é fazer com que os africanos policiem o cumprimento da boa governança, identificando e promovendo as melhores performances (DIALLO, 2006).

O mecanismo africano de revisão ou avaliação de pares é um instrumento acordado mutuamente e aderido voluntariamente pelos Estados membros da União Africana como um mecanismo africano de monitoria²⁰. O seu objetivo primordial é encorajar a adoção de

²⁰Mais da metade dos países da União Africana subscreveram ao mecanismo, são eles: África do Sul, Argélia, Angola, Benim, Burkina Faso, Cabo-Verde, Camarões, Djibuti, Egito, Etiópia, Gabão, Gana, República do Congo, Lesoto, Mali, Malawi, Maurícias, Moçambique, Nigéria, Quênia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Sudão, Togo, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Mauritânia (este último foi suspenso por

políticas, normas e práticas que conduzam à estabilidade política, a um alto crescimento econômico, ao desenvolvimento duradouro e a rápida integração econômica a nível sub-regional e continental, através do intercâmbio de experiência e do reforço de melhores e bem sucedida práticas, incluindo a identificação das deficiências e a avaliação das necessidades do reforço das capacidades (SEMEDO, 2010).

Segundo DIALLO (2006) o aspecto mais significativo da NEPAD é o reconhecimento de que o progresso exige a boa governança, pois para ele, sem eficácia institucional e responsabilidade política o investimento direto estrangeiro e a ajuda pública terão pouco ou nenhum efeito.

Existem quatro critérios que caracterizam a boa governança, segundo a participação nas esferas institucional, política, gestão e ética. Os critérios de ordem institucional referem-se a uma constituição democrática, instituindo uma separação e equilíbrio de poder, uma justiça independente acessível a todos e eficaz, um órgão legislativo plenamente responsável, uma imprensa livre e independente, plural e concorrente. Os critérios de ordem política comportam um sistema político plural e tolerante, marcado por eleições regulares transparentes com o exercício dos direitos dos eleitores e sua participação na concepção e implementação das políticas cotidianas. Estabelece a descentralização da autoridade através de uma clara definição dos poderes e responsabilidade em todos os setores.

Os critérios de gestão pressupõem a qualidade da gestão pública desde a sua concepção e a formulação de políticas em todas as áreas (econômica, financeira, social, cultural, científica, tecnológica, administrativa, entre outros) até a fase de controle, passando pela avaliação, a transparência na gestão e no combate a corrupção. Por sua vez, os critérios de ordem ética estabelece o respeito dos direitos do homem por todos e em relação a todos de modo a desenvolver as suas potencialidades na busca constante de melhores condições de vida (DIALLO, 2006).

Assim conclui-se que a boa governança representa um processo multidimensional capaz de promover um ambiente indicativo para o benefício de todos, constituindo uma força decisiva na legitimação dos projetos da sociedade e o sucesso de programa de desenvolvimento. A forma proposta pela NEPAD para se alcançar o desenvolvimento econômico e social constitui a análise da próxima seção.

tempo indeterminado, devido ao golpe de Estado de Agosto de 2008 que pôs fim ao mandato do presidente Sidi Abdallah), (SEMEDO, 2010, p. 20-21).

4.3 NEPAD: plano estratégico para o desenvolvimento africano

A NEPAD estabeleceu como estratégia o Programa de Ação para a realização de desenvolvimento sustentável africano. Um programa visionário em sua missão, impetuoso em seus objetivos, tem a finalidade de apontar áreas de prioridades para a criação das condições necessárias para se promover o desenvolvimento. Foram apontadas oito importantes prioridades cuja interação deverá gerar o desenvolvimento, são: infraestrutura, educação, saúde, agricultura, meio ambiente, as novas tecnologias da informação e da comunicação, a energia, e por fim, o acesso aos mercados dos países desenvolvidos.

A promoção ou melhoria dessas áreas deve se associar a outros fatores, quais sejam, a paz, a segurança, o respeito pela democracia e a boa-governança, funcionando como um sistema de coordenação e interdependência para atingir um resultado satisfatório que em última instância constitui o tema de análise dessa seção, o desenvolvimento.

Desse modo, a NEPAD²¹ estabeleceu objetivos a serem alcançados a longo prazo pelo cumprimento dos problemas que afligem o continente a curto prazo. Assim sendo, os objetivos estratégicos de longo prazo são:

- Erradicar a pobreza na África e colocar os países africanos, individual e coletivamente, na via do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e estancar, desta forma, a marginalização de que a África é objeto no processo de globalização.
- Promover o papel das mulheres em todas as atividades sociais (UNIÃO AFRICANA, Documento Oficial, 2001, parágrafo, 67).

As metas estabelecidas a serem alcançadas a curto prazo são as seguintes: realizar e sustentar uma média da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) acima dos 7% anuais em 15 anos; reduzir em metade a proporção das populações que vivem na extrema pobreza entre 1990 e 2015; matricular todas as crianças em idade escolar nas escolas primárias até 2015; realizar progressos para assegurar a igualdade do gênero e capacitar as mulheres, através da eliminação das disparidades sexuais no processo de matrículas na educação primária e secundária até 2015; reduzir em dois terços, os rácios da mortalidade infantil e da criança entre 1990 e 2015; reduzir os rácios da mortalidade materna em três quartos entre 1990 e 2015; e providenciar o acesso para todos os necessitados aos serviços da saúde de reprodução até 2015 (UNIÃO AFRICANA, 2001, parágrafo 68).

²¹Embora a NEPAD não seja uma organização, ela é dotada de uma estrutura de direção, composta de um Comitê de concretização, com vinte chefes de Estado e de Governo, um Comitê de Pilotagem, com os representantes dos países fundadores e um secretariado. A alta autoridade do processo de instituição da NEPAD é a Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da UA e, desde 2002, o comitê de concretização assume um papel de coordenação em sua qualidade de “subcomitê” da Cúpula (DIALLO, 2011).

No entanto, para a realização desses objetivos tanto do curto como de longo prazo a NEPAD através do seu Programa de Ação, articulou um tripé estratégico, envolvendo as condições para o desenvolvimento sustentável, as prioridades setoriais e, a dimensão da mobilização de recursos.

As condições para o desenvolvimento sustentável, estão consubstanciadas na preocupação em implementar medidas em campos como a paz e a segurança, a democracia e a governança política e, economia e governança corporativa. No âmbito da paz e segurança essas medidas se traduzem na busca de meios para fortalecer as instituições regionais e sub-regionais existentes no que concerne a prevenção, gestão e resolução de conflitos, instauração, manutenção e imposição da paz, reconciliação, reabilitação e reconstrução pós-conflito e, combate a proliferação ilícita de armas pequenas, armas ligeiras e de minas. No que diz respeito à democracia e a governança política a NEPAD reconhece que não é possível processar um desenvolvimento duradouro sem uma verdadeira democracia, respeito aos direitos humanos, à paz e um bom governo. Desse modo, estabelece a necessidade de criar sistemas multipartidários e dos sindicatos bem como a organização periódica de eleições abertas e democráticas (SARAIVA, 2012).

Então, para que se tenha um governo democrático e respectiva governança política que esteja a sua altura, a NEPAD estimulou cinco reformas institucionais como meios para formação de talentos e de criatividade política na nova geração de líderes africanos. Essas reformas se dão ao nível dos serviços administrativos e civis, fortalecimento do controle parlamentar, promoção da participação na tomada de decisão, adoção de medidas efetivas para combater a corrupção e apropriação indevida de bens públicos, e reformas judiciais.

Quanto à economia e a governança corporativa a NEPAD destaca que o Estado ainda tem o seu lugar²². Desse modo, a construção de capacidades do Estado é um aspecto importante na criação de condições para o desenvolvimento, com vista a melhorar a qualidade da gestão econômica e financeira pública, bem como a governança corporativa.

Para tanto, as medidas previstas nesse sentido são: a formação de uma equipa de trabalho dos Ministérios das Finanças e dos Bancos Centrais africanos, com responsabilidade e autonomia para revisão das práticas nas áreas da economia e da governança corporativa nos

²²No continente africano os Estados estão fragilizados não apenas por razões externas ou de erosão da capacidade dos Estados em geral na formulação de políticas públicas na área social, mas também por causas endógenas como a corrupção e o nepotismo, impedindo que detenha capacidade para desempenhar um papel mais ativo (UNIÃO AFRICANA, 2001).

vários países e regiões, com tarefa específica de sugerir formulações e recomendações sobre os padrões e códigos apropriados de boas práticas aos setores públicos e privado; apresentação dessas recomendações ao Comitê de Implementação constituído pelos Chefes de Estado, em um prazo de seis meses a um ano; o Comitê de Implementação dará alta prioridade ao tema da gestão das finanças públicas, a serem seguidas pelos países, e avaliados os mesmos em tempo a ser estabelecido caso a caso; o Comitê de Implementação dos Chefes de Estado mobilizará os recursos para a promoção de talentos aptos ao exercício de boa governança, por meio de estruturas sub-regionais e regionais, de forma a racionalizar custos e aproveitar a capacidade instalada de organizações já em funcionamento (SARAIVA, 2012).

No que diz respeito ao segundo pé do Programa de Ação, a NEPAD se debruça sobre as prioridades setoriais com objetivo de reduzir o fosso existente entre África e os países desenvolvidos, a fim de melhorar a capacidade do continente de competir internacionalmente e permitir a sua participação no processo da globalização.

As medidas estabelecidas para esses setores têm como propósito: reduzir a lacuna de infraestrutura, especialmente no campo das tecnologias de informação e de comunicação (TICs) e energia; do transporte; do investimento no desenvolvimento de recursos humanos, a incluir o combate à pobreza e à fuga de cérebros; a ação no campo da saúde e na superação do fosso educacional; da mobilização da agricultura e contra os entraves às exportações africanas; da iniciativa ambiental; a valorização da cultura africana e a promoção das plataformas científico-tecnológicas por meio das conexões transfronteiriças, particularmente na biotecnologia e nas ciências naturais (DIALLO, 2011; SARAIVA, 2012).

As infraestruturas consideradas pela NEPAD incluem estradas, rodoviárias, aeroportos, portos, caminhos de ferro, vias navegáveis, água, saneamento e as facilidades das telecomunicações, a níveis sub-regionais ou continentais. O objetivo é melhorar o acesso, disponibilidade e viabilidade dos serviços, de infraestrutura para responder às necessidades das empresas e a mobilização das populações; promover a cooperação e o comércio regional por meio do desenvolvimento de estruturas transfronteiriças; incrementar o investimento financeiro na infraestrutura de forma a reduzir os riscos enfrentados pelos investidores privados; reunir conhecimentos e capacidades adequadas na área de tecnologia e da engenharia com vista à instalação, manutenção e operação de redes de infraestrutura no continente.

Os formuladores da NEPAD acreditam que o desenvolvimento das tecnologias de informação e da telecomunicação facilita e permite a consecução dos objetivos estratégicos do continente, isto é, promover o comércio intra-regional, além de facilitar a comunicabilidade da África com o mundo, acelerando a integração do continente com a economia global. Com esse propósito a NEPAD previu a duplicação da densidade telefônica para duas linhas para 100 pessoas até 2005, baixar os custos e melhorar os serviços, aumentar a velocidade de acesso, investir na formação de jovens estudantes, por meio da qualificação na área das TICs, de engenheiros a programadores e especialistas em software com conteúdo local.

A energia desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento, não somente como uma necessidade doméstica, mas também, como um fator de produção. Entretanto, a NEPAD busca incrementar o acesso dos africanos ao abastecimento viável e rentável de energia comercial de 10 para 35% ou mais dentro de 20 anos; melhorar a viabilidade e custo baixo do fornecimento de energia para as atividades produtivas, inverter a degradação ambiental provocada pelo uso de combustível tradicional nas zonas rurais; explorar e desenvolver o potencial hidroelétrico das bacias fluviais da África; integrar as grelhas de transmissão e os gasodutos para facilitar os fluxos transfronteiriços de energia e introduzir reformas e harmonizar os regulamentos e a legislação dos produtos petrolíferos no continente.

As iniciativas no setor de transporte implicam em reduzir as demoras no movimento transfronteiriço de pessoas, bens e serviços; reduzir o tempo de espera nos portos; promover a atividade econômica e o comércio transfronteiriço, através de melhorias das ligações nos transportes terrestres; incrementar as ligações aéreas e o frete em todas as sub-regiões da África.

No que concerne ao desenvolvimento dos recursos humanos, inclui o combate à pobreza e a fuga de cérebros, e também incorpora o tema da educação e da saúde, e os seus objetivos são orientados na direção da transversalidade do tema da pobreza em todos os programas da NEPAD, tanto nas políticas macroeconômicas quanto nas políticas setoriais; da atenção especial à redução da pobreza entre as mulheres; da capacitação dos mais pobres nas estratégias de redução da pobreza, especialmente entre as mulheres; da inversão da fuga de cérebros em ganhos de cérebros; da criação de condições para a permanência, no continente, de capacidades em áreas essenciais e estratégicas para o desenvolvimento da África;

promover redes de investigação especializada e de instituições de ensino superior (DIALLO, 2011).

Também são orientados a reforçar os programas tendentes a conter as doenças transmissíveis para que não estejam aquém da escala necessária para reduzir o fardo da doença; a criação de um sistema de saúde seguro que responda às necessidades e que apoie efetivamente o controlo de doenças; e a assegurar o apoio necessário para o desenvolvimento sustentável de um efetivo sistema de prestação de cuidados de saúde.

Como forma de melhorar o desempenho do setor agrícola a NEPAD estabeleceu a remoção de uma série de constrangimentos estruturais que afetam o setor. Um dos principais constrangimentos é a incerteza climática que aumenta o fator de risco. Conquanto, o melhoramento de outras áreas de infraestrutura rurais, como estradas, e eletrificação rural, também são essenciais. De igual modo, o apoio institucional sob a forma de centros e instituições de investigação, a provisão de serviços de extensão e de apoio a feiras comerciais agrícolas impulsionaram ainda mais a produção de excedentes comercializáveis (UNIÃO AFRICANA, 2001).

A NEPAD reconheceu que um ambiente saudável é um pré-requisito para o desenvolvimento socioeconômico da África, contribuindo grandemente para o emprego, a capacidade social e econômica e a redução da pobreza. Então, a iniciativa ambiental identificou oito áreas para intervenção que são: combate a desertificação, conservação de terras húmidas, prevenção de controle das espécies estranhas invasoras, gestão costeira, aquecimento global, zonas de conservação transfronteiriças, administração global e financiamento.

Porque a cultura representa parte integrante nos esforços do desenvolvimento, a NEPAD prestará atenção particular à proteção e nutrição do conhecimento indígena, que inclui a alfabetização baseada na tradição, nas obras artísticas e científicas, nas invenções, descobertas científicas, desenhos, marcas, nomes, símbolos, informações não reveladas e todas outras inovações e criações baseadas na tradição resultante da atividade intelectual nas esferas industrial, científica, artística e de alfabetização. A NEPAD adotará medidas para que o conhecimento indígena seja protegido por legislação apropriada e promoverá também a sua proteção a nível internacional através da Organização Internacional da Propriedade Intelectual (OMPI).

Ao nível das exportações africanas, a NEPAD propõe negociar medidas e acordos tendentes a facilitar o acesso de produtos africanos ao mercado mundial, encorajar investimento estrangeiro direto, assistir na capacitação do setor privado, bem como no reforço da capacidade sub-regional e de países nas negociações comerciais, implementando as regras e os regulamentos da OMC intensificando e explorando novas oportunidades comerciais que surgiram do novo sistema de torças multilaterais.

E por fim, as intervenções no setor de plataformas de ciência e tecnologia têm como objetivo promover a cooperação e conectividade transfronteiriça utilizando os conhecimentos atualmente disponíveis nos existentes centros de excelência no continente; desenvolver e adaptar a capacidade de recolha e análise de informações para apoiar atividades produtivas e de exportação; gerar uma massa crítica de perícia tecnológica em áreas visadas que ofereçam um alto potencial de crescimento, particularmente, na biotecnologia e nas ciências naturais e assimilar e adaptar as tecnologias existentes no sentido de diversificar a produção de manufaturados (UNIÃO AFRICANA, 2001; SARAIVA, 2012).

Finalmente, o último e terceiro pé do Programa de Ação se refere à mobilização de recursos tanto interno como externo. Os recursos internos implicam maiores poupanças feitas por empresas e pelas famílias, bem como o melhoramento dos sistemas de recolha de receitas públicas e a racionalização dos gastos governamentais. Além disso, as economias africanas devem se transformar em locais atraentes para os investimentos do setor privado nacional e estrangeiro para evitar a fuga de capitais nacionais e atrair maior investimento externo direto. Assim, existe a necessidade de criar as condições apropriadas para o investimento do setor privado. Por outro lado, a NEPAD incidirá sobre a redução da dívida externa e a ajuda pública ao desenvolvimento, a título de recursos externos complementares necessários a curto e médio prazos, a incrementação do fluxo de capital privado a longo prazo (UNIÃO AFRICANA, 2001; VISENTINI, 2010; DIALLO, 2011; SARAIVA, 2012).

O presente capítulo tratou de apresentar a origem e a originalidade da NEPAD destacando a confiança na expressão de vontade legítima das lideranças africanas em pôr o continente em outro patamar de desenvolvimento, e facilitar a sua inclusão na era da globalização pela via da valorização das suas possibilidades e potencialidades criativas próprias, vislumbrando o avanço democrático, a distribuição de riqueza e a autonomia cidadã de suas populações.

5 CONCLUSÃO

É verdade que existe pobreza, doenças alarmantes e conflitos no continente africano, refletindo a subjugação, a humilhação e o sofrimento agudo. Mas, é importante saber porquê isso aconteceu e como a história conduziu a essa situação, pois, afinal de contas, existe por detrás desse sofrimento, todo tipo de interesses políticos e econômicos que na maioria dos casos, são de natureza extracontinental.

Desde muito cedo o continente africano foi explorado e depois ocupado pelos europeus, que simplesmente se apossaram das riquezas e recursos naturais dos africanos impedindo-os de explorarem e se beneficiarem desses recursos para promoverem o seu desenvolvimento e o bem estar de suas populações. Além das riquezas outras áreas também foram lesadas, como por exemplo, a educação e a cultura. Os europeus negligenciaram o provisionamento da educação aos africanos constituindo um fator de fraco desenvolvimento intelectual. Igualmente, os africanos se viram obrigados a assimilarem a cultura europeia que se traduziu em um grande divisor de águas na história africana.

Já bastante sofrida durante o colonialismo a África entra num novo período de dominação caracterizado pelo estabelecimento de laços neocoloniais que revelavam uma autonomia parcial subordinada a ex-metrópole, favorecida pela assimilação cultural. Assim, após breve mobilização, que se deu durante a luta pela independência, a África voltou a mergulhar na apatia, inviabilizando o processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo a África se viu no centro da disputa do mundo bipolar retardando a construção e a consolidação dos Estados nacionais.

Portanto, depois de vários séculos de dominação, várias décadas de dependência externa, de ausência de boa governança, de corrupção institucionalizada e de não respeito aos direitos humanos, os países do continente se deram conta do significado do colonialismo imperialista (neocolonialismo) e decidiram romper a relação paternal com as ex-potências coloniais. Essa consciencialização tem sido impulsionada pelo fim do Apartheid que propiciou o surgimento de novas lideranças sul-africanas, a resolução dos conflitos armados e a necessidade de superar o grau de marginalização em que a África foi submentida, permeando dessa forma, o seu desenvolvimento econômico e social. Os governos africanos estão resgatando a sua soberania decisória retomando em mãos seu próprio destino, tornando-

se mais pró-ativos na defesa dos seus interesses. De fato, o continente africano assiste a uma transição positiva para um novo patamar de inserção internacional no início do novo século. O período caracterizado pela assistência e dependência externa está dando lugar a uma cooperação internacional.

O emergir da nova África do Sul após o Apartheid representou um fator de grande importância para o estabelecimento de um renascimento africano, na medida em que o país passou a ser o grande protagonista da política africana, incrementando a integração tanto regional como continental. A África do Sul detentora de uma posição geopolítica estratégica, uma economia com grandes potenciais, um capital político-diplomático precioso e forte poder bélico, vem desempenhando um importante papel de liderança necessária ao desenvolvimento africano, bem como representante do continente africano na maioria das organizações internacionais e nos fóruns de diálogos internacionais. Além disso, este país tem apoiado outros países africanos, promovendo mediações de conflitos e participando de forças de paz no continente e atuado na diplomacia mundial criticando a neo-hegemonia americana, defendendo a construção de um mundo multipolar.

Ao nível regional a África do Sul tem priorizado a SADC como vetor de integração econômica e de desenvolvimento, estabelecendo vários acordos bilaterais de cooperação com seus vizinhos. Esses acordos têm se refletidos na busca de soluções conjuntas para problemas comuns. Por outro lado, tem desenvolvido uma série de programas de cooperação para geração e distribuição de energia elétrica e de produção de açucareira regional. Em 2008 foi lançada a Área de Livre Comércio no âmbito da SADC, como forma de eliminar as tarifas comerciais entre os Estados-membros e aprofundar ainda mais a integração regional.

Destaca-se ainda a criação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) com objetivo de coordenar e providenciar uma rede de infraestruturas regionais básicas como forma de facilitar a maior circulação de pessoas, produtos e bens na região. Nessa perspectiva, a SADC tem criado condições para aliviar o sofrimento de uma população conhecida pela sua pobreza e baixa qualidade de vida, criando empregos e, incentivando a utilização de produtos nacionais.

Ao nível continental foi criado a NEPAD como um programa econômico de desenvolvimento, visando estabelecer as condições necessárias para articular o desenvolvimento sustentável, assegurando a paz, a democracia, e a boa governança. Com isso,

a NEPAD constitui um programa de grande esperança para o continente na medida em que se propôs atender as próprias necessidades e as prioridades das populações do continente. Espera-se, de fato, que a NEPAD traga respostas concretas para os principais desafios da África, libertando-a das amarras das heranças coloniais e do subdesenvolvimento.

A NEPAD deu grande ênfase à integração econômica como solução para a África. Então, a integração das economias africanas fará com que o continente, esteja mais preparado em termos de competitividade no mercado mundial, para aproveitar as oportunidades e oferecer um melhor quadro de exploração das vantagens comparativas, unindo forças para atrair investimentos estrangeiros. De fato, é uma perspectiva de crescimento acelerado a uma taxa elevada, garantindo o estabelecimento de uma nova ordem política e econômica do continente.

A criação da União Africana num contexto diferente da sua antecessora, caracterizado pela ausência das potências coloniais, pelo dismantelamento ou fim do Apartheid, pela pacificação em muitos países, pelos avanços democráticos, e pela emergência das novas lideranças, como as sul-africanas, representou o estabelecimento de condições favoráveis para a construção de novos consensos políticos continentais e uma maior convergência diplomática e cooperação econômica.

A União Africana surge com ambicioso objetivo de criar um Parlamento Pan-africano, um Tribunal de Justiça, um Conselho Econômico e Social, uma Força Comum de Defesa e um Sistema Financeiro, visando promover a coalizão de governos africanos, capaz de otimizar o aproveitamento das grandes riquezas do continente, fortalecendo as negociações intercontinentais, estimulando, dessa forma, intercâmbios econômicos, científicos e cultural entre os povos. Logo, a criação da União Africana, representou a oportunidade original de reconciliar a África consigo mesma, na perspectiva de uma melhor compreensão do seu complexo presente e ante o horizonte da construção de um futuro mais promissor.

Tendo em conta que os conflitos representavam umas das principais causas de pobreza no continente, então, a redução dramática dos mesmos permite reorientar os recursos, quase da ordem de US\$ 300 bilhões gastos em conflitos entre 1990 e 2005, para financiar as políticas públicas de redução da pobreza e da miséria. Ao mesmo tempo, se verifica uma onda democratizante dos regimes políticos em várias partes da África. Isso tem permitido a

consolidação de instituições e governos na África com bases menos autocráticas, reverenciar os direitos do cidadão.

A presença de atores internacionais como a Índia, o Brasil e a China tem propiciado novos investimentos em infraestrutura, transferência de tecnologia e conhecimento e o incremento das relações econômico-comerciais. A China vem fazendo pesados investimentos em infraestrutura, concedido grandes empréstimos o que torna o continente menos dependente das potências ocidentais. Na verdade os países do atlântico sul passaram negociar cada vez mais barganhando o poder dos países do norte. É importante notar, que apesar dessa participação a África deve se manter alerta para que não caia no novo ciclo de imperialismo.

O desempenho industrial sul-africano e os vultosos recursos petrolíferos dos argelinos, nigerianos, e líbios se somaram ao forte incremento dos investimentos e comércio promovido pela China, Brasil, Índia e pelos países árabes e estimularam o crescimento econômico. Em simultâneo às adaptações macroeconômicas à globalização como medidas neoliberais, controle inflacionário e as responsabilidades fiscais, moveram as economias de todo o continente para equilíbrios na área da gestão dos negócios dos Estados. As inflações médias foram contidas na faixa de 6% desde 2003, e as exportações avançam, em 2006 e 2007, na proporção de 43% a 45% do PIB. A redução de vulnerabilidades externas geradas por saldos exportadores e crescente atração de investimentos externos diretos indicam a sustentabilidade econômica africana e uma atitude mais assertiva nas negociações multilaterais e na política mundial por parte dos Estados africanos. A África subsaariana, ou África negra, considerada a região mais pobre do mundo, cresce entre 5% e 6% ao ano desde 2003.

Desse modo, esses imperativos todos têm se conjugado produzindo um efeito bastante positivo para o continente africano, que em última instância, tem conhecido uma nova fase na sua história. Primeira vez o continente africano está logrando certa autonomia para reorganizar-se com base numa correlação de forças regionais e firmar-se no cenário internacional, adotando novas estratégias políticas de desenvolvimento, compatibilizando os princípios de direitos humanos, democracia, fraternidade africana com a promoção das forças produtivas internas.

A África ainda não está totalmente livre do imperialismo colonialista e ainda tem muitos desafios pela frente. Embora os africanos estejam reivindicando a construção dos seus futuros, essa não é uma tarefa exclusivamente dos africanos, pois envolverá a participação de

outros atores internacionais, mas ressalta-se a necessidade de preservar a autodeterminação dos mesmos nessa tarefa. As condições básicas para se projetar o desenvolvimento sustentável, sobretudo de infraestrutura ainda são muito precárias, mas o continente caminha bastante otimista para uma integração continental, eliminando as barreiras convencionais, na construção de um futuro com mais expectativa para os povos e suas nações.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. **A rede de ativismo transnacional contra o Apartheid na África do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África**, vol. VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial: transformações sociais nas colônias: os movimentos de libertação**. São Paulo: Atual; Campinas; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

CLAPHAM, Christopher S. **Africa and the international system: the politics of state survival**. Cambridge University Press, 1996.

CONETTA, Carl; KNIGHT, Charles; UNTERSEHER, Lutz. **Building Confidence Into the Security of Southern Africa**. [S.l.], Jul. 1996. Disponível em: <<http://www.comw.org/pda/sa-fin5.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2012.

CONSADC MOÇAMBIQUE. **Envolvimento de Moçambique na SADC**. Maputo, Moçambique, Nov. 2012. Disponível em: <<http://consademocambique.blogspot.com.br/p/letra-do-hino-da-sadc.html>>. Acesso em 30 nov. 2012.

DIALLO, Alfa Oumar. **A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África: NEPAD, paradigma para o desenvolvimento**. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DIALLO, Alfa Oumar. Renascimento africano e desenvolvimento. **Rev. Conj. Austral**, (NERINT) UFRGS, Porto Alegre, v. 2, n. 6, jun/jul 2011. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:7_lwkus73FoJ:seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/download/20575/12057+renascimento+africano+e+desenvolvimento&hl=pt-BR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEEsJotRBbfRy0Kc_TWygJQ6ovq4688O2Zp5_WHLgSiA_-2TRMIoCHk5XJOzQd_mYCGF6WhwhXSwo9UCfA8Lg5rJxUHnVYfNu-7kTd4jJ4tt0J2SCrHv7wDgiXpR5OK1IaxwxZl1E-&sig=AHIEtbRc1CLsDCVlj34oMVI38M5LC0Y5Cw>. Acesso em 30 nov. 2012

DOPCKE, Wolfgang. O encontro estratégico: a União Africana, o Plano NEPAD e o novo Discurso Internacional. In: COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA. Brasília: MRE/IRBr, 2002. p 143-183.

FERNANDES, Lito Nunes. **Economia política da integração regional na África ocidental: a união econômica e monetária (UEMOA) como estratégia para o desenvolvimento regional**.

2011. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Nuniz Gonçalves. **A África contemporânea: dilemas e possibilidades**. Salv. Bhaia, 2005. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/africa_contemporanea.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.

GALLAS, Daniel Russman, **A Política Externa da África do Sul de 1994 aos dias atuais: condicionantes internos e limites externos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **África do Sul: Capitalismo e Apartheid. O racismo como instituição, Conflitos internos e pressões externas, O futuro da África do Sul**. São Paulo, 1992.

MAZRUI, Ali. A e WONDJI, Christophe. **História Geral da África**. Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MBEBE, Fernando Rodrigo. **A Arquitetura de segurança na África Austral (SADC): surgimento e desenvolvimento de uma comunidade de segurança**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- IFCH, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MENDONÇA, Helio Magalhães de. Política Externa da África do Sul (1945-1999). In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org). **África do Sul: visões brasileiras**. Brasília: IPRI/Fundação Alexandre de Gusmão, 2000. p. 11-100.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Processos de integração e grupos de interesse diferenciados: UA, CEDEAO/ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS. In: **COLÓQUIO SOBRE AS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA**. Brasília: MRE/IRBr, 2002. p. 253-169.

NKRUMAH, KWAME. **Neocolonialismo: último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LOPES, Cristina Paixão. **A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica**. Zimbábue, 2002.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A África do Sul independente: segregação, Apartheid e transição pactuada (1919-1994). In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia

Danilevicz (Org). **África do Sul: História, Estado e sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 35-64,

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; VISENTINI, Paulo Fagundes. O sul da África: das origens à descolonização branca (até 1910). In: VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz (Org). **África do Sul: Estado e sociedade**. Brasília: FUNAG/CESUL, 2010. p. 17-34.

SANTOS, Juliana Soares, **A Integração Regional na África Austral: a SADC na Ótica dos Interesses Sul-africanos**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Brasília: Universidade de Brasília; Fino Traço, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Cooperação e integração na continente africano: dos sonhos pan-africanistas as frustrações do momento**. Rev. Bras. Poli. Int. ano 36. Nº2, p. 28-45, Brasília, 1993

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY (SADC). **Southern African development community: Regional Indicative Strategic Development Plan, 2008**. Disponível em: <<http://www.sadc.int/index/browse/page/104>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY (SADC). **Infra-estrutura. Relatório da Situação do Desenvolvimento Regional das Infraestruturas na SADC para o Conselho e Cimeira**. Set. 2009. Disponível em: <<http://www.sadc.int/cms/uploads/SADC%20Infrastructure%20Brochure%20-%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2012.

SEMEDO, Felizberto. **O Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) no quadro da NEPAD: Oportunidade e desafio para os Estados Africanos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional)- Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

SILVA, André Luiz Reis da. Os Dilemas da África Contemporânea: a persistência do neocolonialismo os desafios da autonomia, segurança e desenvolvimento (1960-2008). **Rev. Ciência & Letras**, FAPA. Porto Alegre, n. 44, p. 125-140, jul/dez. 2008.

SISTEMA COLONIAL MERCANTILISTA. [S.l]: Cola na Web, [2012].Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/historia/sistema-colonial-mercantilista>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

TORRES, Adelino, **Horizonte do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI**. Lisboa: Vega, 1998.

UNIÃO AFRICANA. **Nova Parceria para o Desenvolvimento da África**. Abuja, Nigéria, 2001.

VISENTINI, Paulo Vagundes; RIBEIRO, Luiz Dario; ANALUCIA, Danilevicz Pereira. **Breve história da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na Política Internacional**: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010.